

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SIQUENI JUNIO VIANA VERTELLO

**ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DESIGUALDADE FUNDIÁRIA
NO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1920**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Mariana/MG

2022

SIQUENI JUNIO VIANA VERTELLO

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DESIGUALDADE FUNDIÁRIA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1920

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de
Ouro Preto (UFOP) como requisito à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira

Mariana/MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V567e Vertello, Siqueni Junio Viana.
Estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado de Santa Catarina em 1920. [manuscrito] / Siqueni Junio Viana Vertello. - 2022.
81 f.: il.: , tab.. + Figuras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Concessões de terras - Santa Catarina. 2. Cultivos agrícolas - Santa Catarina. 3. Pecuária - Santa Catarina. 4. Produtos agrícolas - Santa Catarina. I. Ferreira, Luiz Mateus da Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 630*26(816.4)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Siqueni Junio Viana Vertello

Estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado de Santa Catarina em 1920

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 21 de outubro de 2022

Membros da banca

Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Fernanda Faria Silva - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Diogo Ferraz - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luiz Mateus da Silva Ferreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03/11/2022

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mateus da Silva Ferreira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/11/2022, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0421790** e o código CRC **3EFF42B9**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.014955/2022-55

SEI nº 0421790

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163

Telefone: (31)3557-3835 - www.ufop.br

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) por viabilizar meu acesso ao ensino público de qualidade. Estudar na UFOP me proporcionou uma experiência única de morar em Ouro Preto e Mariana, vivenciar momentos inesquecíveis e conhecer pessoas que vou levar para o resto da vida.

Agradeço aos meus pais, Luciene Soares Viana Vertello e Siqueni Vertello Horta, meus irmãos, Ingrid Viana Vertello e Marcus Vinicius Horta, minha cunhada Jully Morandi, e demais familiares e amigos por todo o apoio e incentivo que foram essenciais para a conclusão dos meus estudos. Agradecimentos as República Boemia e República Largados por serem meu lar em Ouro Preto e Mariana e por me darem amigos que me ajudaram a passar pelos diversos desafios enfrentados de forma mais leve.

Agradecimentos a Jaqueline Pinheiro Schultz e Anderson Antônio Gamarano, pela oportunidade de atuar como bolsista na Diretoria de Relações Internacionais (DRI-UFOP) durante grande parte da minha graduação. Ambos tiveram grande influência no meu processo de desenvolvimento pessoal e profissional e me mostraram a importância das ações e projetos que atuávamos para o processo de internacionalização da universidade pública. Sou extremamente grato à DRI pelas divulgações das oportunidades de bolsas de estudos no exterior, que me permitiram conquistar o sonho de realizar mobilidade acadêmica internacional de forma financiada nas universidades: Far Eastern Federeal University (Rússia), Universidad de Ciencia Aplicadas y Ambientales (Colômbia) e University of Pécs (Hungria).

Por fim, agradecimentos especiais ao meu orientador, Luiz Mateus da Silva Ferreira, por acreditar no meu potencial durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Gratidão por toda paciência, suporte e ensinamentos compartilhados que contribuíram não só para a realização do trabalho, mas também para despertar uma nova visão sobre a pesquisa acadêmica.

RESUMO

Estudos regionais sobre diversificação da produção agropecuária e concentração fundiária no início do século XX ainda são escassos na literatura econômica brasileira. Assim sendo, este trabalho objetiva oferecer elementos que contribuam para a análise da relação entre formação econômica, diversificação da agricultura e desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920. A principal fonte utilizada foi o recenseamento agrícola brasileiro daquele ano. A partir dos dados censitários foram calculados indicadores e estatísticas que permitem avaliar a concentração da propriedade da terra, a diversificação na produção agrícola e a especialização produtiva agropecuária das regiões catarinenses e do estado de Santa Catarina como um todo em 1920. Os resultados encontrados revelam que, nessa época, a produção agrícola catarinense era relativamente especializada no cultivo de gêneros destinados ao abastecimento do mercado nacional. Os resultados obtidos ainda permitem constatar que, apesar do predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades rurais na estrutura fundiária de Santa Catarina, em 1920, o estado catarinense como um todo apresentava uma forte concentração fundiária, sendo essa realidade contrastante a sua formação socioeconômica. Não obstante, a análise regional demonstrou que o grau de diversificação agrícola nas regiões catarinenses, bem como a especialização produtiva em determinadas atividades primárias, estava, em alguns casos, associado à concentração fundiária e também ao modelo inicial de colonização e formação econômica regional catarinense.

Palavras-chave: Desigualdade fundiária. Diversificação Agrícola. Especialização Produtiva. Pecuária. Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Mapa da divisão política-administrativa de Santa Catarina (1822)	13
Figura 1.2 – Evolução da População de Santa Catarina (1803-1872)	19
Figura 1.3 – Áreas de colonização de Santa Catarina	27
Figura 1.4 – São Bento Wagen na Estrada Dona Francisca no final do século XIX	31
Figura 2.1 – Santa Catarina: especialização produtiva pecuária regional em 1920	40
Figura 2.2 – Santa Catarina: distribuição espacial dos produtores de erva-mate em 1920	42
Figura 2.3 – Santa Catarina: especialização agrícola regional em 1920	50
Figura 3.1 – Território em litígio entre Paraná e Santa Catarina no início do século XX.....	61
Figura 3.2 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios catarinenses e estado de Santa Catarina em 1920.....	62
Figura 3.3 – Santa Catarina: relação entre índices diversificação na agricultura, especialização na pecuária bovina e área agrícola regional cultivada em 1920	65
Figura 3.4 – Santa Catarina: Gini de concentração fundiária e proporção da área agrícola regional cultivada em 1920.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Santa Catarina: evolução da população (1712-1887).....	18
Tabela 1.2 - Renda da população recenseada na província de Santa Catarina em 1866.....	23
Tabela 1.3 - Valores das exportações dos principais produtos catarinenses, 1894-1920.....	33
Tabela 1.4 - Participação dos principais produtos catarinenses na exportação total de Santa Catarina, 1894-1920	34
Tabela 2.1 - Gado existente nos imóveis rurais recenseados no Brasil e Santa Catarina, 1920	36
Tabela 2.2 - Número de cabeças de gado e participação das regiões catarinenses na criação do gado existente nos imóveis rurais recenseados no estado de Santa Catarina em 1920	38
Tabela 2.3 - Santa Catarina: proporção do rebanho de gado existente nas regiões catarinenses em 1920, segundo as espécies	38
Tabela 2.4 - Santa Catarina: número de propriedades e área produtiva dos imóveis rurais catarinenses recenseados em 1920	41
Tabela 2.5 - Santa Catarina: área produtiva dos imóveis rurais recenseados em 1920 (em %)..	41
Tabela 2.6 - Área cultivada e proporção da extensão das terras plantadas com os principais gêneros agrícolas produzidos no estado de Santa Catarina em 1920	43
Tabela 2.7 - Santa Catarina: participação regional na área plantada com diferentes produtos em relação a área total cultivada em 1920.....	45
Tabela 2.8 - Participação na área plantada de diferentes produtos em relação à área total cultivada nas regiões catarinenses em 1920	45
Tabela 2.9 - Santa Catarina: diversificação agrícola regional e municipal em 1920	47
Tabela 2.10 - Santa Catarina: especialização agrícola regional e estadual em 1920.....	49
Tabela 3.1 - Propriedades rurais recenseadas no estado catarinense em 1920.....	53
Tabela 3.2 - Classificação das propriedades rurais do estado de Santa Catarina em 1920	55
Tabela 3.3 - Participação relativa das regiões catarinenses no número de propriedades agrícolas recenseadas no estado catarinense em 1920 segundo extensão territorial.....	55
Tabela 3.4 - Número e participação relativa das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Santa Catarina em 1920	56
Tabela 3.5 - Área total e participação relativa da área das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Santa Catarina em 1920.....	56
Tabela 3.6 - Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nas regiões, municípios e estado de Santa Catarina em 1920	59
Tabela 3.7 - Número e área total das propriedades rurais recenseadas nos municípios e regiões de Santa Catarina em 1920	68
Tabela 3.8 - Participação relativa das propriedades rurais na estrutura fundiária dos municípios e regiões de Santa Catarina em 1920.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FORMAÇÃO SOCIECONÔMICA DE SANTA CATARINA	11
1.1. Breves considerações a respeito da formação econômica e social de Santa Catarina.....	11
1.2. A Colonização de Santa Catarina no século XIX.....	19
1.3. Produção e comércio em Santa Catarina no século XIX.....	28
1.4. Considerações finais do capítulo	35
CAPÍTULO 2 - ESTRUTURA PRODUTIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1920	36
2.1 Produção agropecuária de Santa Catarina em 1920	36
2.1.1. Pecuária	36
2.1.2. Agricultura.....	40
2.2. Diversificação regional na produção agrícola em Santa Catarina	46
2.3. Considerações finais do capítulo	51
CAPÍTULO 3 - DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1920	53
3.1 Distribuição da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920	53
3.2. Concentração fundiária no estado de Santa Catarina em 1920	57
3.3. Gini de concentração fundiária e estrutura produtiva em Santa Catarina	63
3.4. Considerações finais do capítulo	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE	79
Tabela A1 – Santa Catarina: distribuição regional do número de propriedades rurais em 1920 segundo extensão territorial.....	79
Tabela A2 – Proporção do número de propriedades rurais recenseadas nas regiões catarinenses em 1920 segundo extensão territorial.....	79
Tabela A3 – Santa Catarina: especialização regional na criação do gado existente nos imóveis rurais catarinenses recenseados em 1920	80

INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre a estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária nos estados brasileiros no início do século XX, principalmente nos estados situados fora da região sudeste do Brasil, ainda são escassas na literatura econômica nacional. Dessa forma, este estudo oferece um conjunto de estatísticas e indicadores que contribuem para aumentar o escopo de análise da história econômica do Brasil e de Santa Catarina. Em 1920, as pequenas e médias propriedades rurais eram absolutamente predominantes na estrutura fundiária catarinense, refletindo, assim, uma das mais importantes características da formação socioeconômica de Santa Catarina: a organização econômica baseada na pequena propriedade familiar. Vale notar, em decorrência dos padrões históricos de transformações na estrutura fundiária brasileira, o censo agrícola do Brasil de 1920, o primeiro que permite avaliar a produção agropecuária no conjunto do país, parece representar, em linhas gerais, um retrato do padrão da distribuição da propriedade da terra, bem como das atividades primárias predominantes nas diferentes regiões brasileiras desde meados do século XIX.

Em Santa Catarina, a segunda metade do século XIX é marcada pela expansão e efetiva colonização do território catarinense, cuja formação econômica e social foi substancialmente fundamentada na pequena propriedade rural familiar e no trabalho livre do imigrante europeu. Assim sendo, supõem-se, a princípio, que, em 1920, a propriedade da terra em Santa Catarina era relativamente menos concentrada que nas regiões brasileiras as quais, no século XIX e antes, predominou o latifúndio escravista exportador. Além disso, estudos do Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG/SC) em 1980 e análises de Mamigonian (1960; 1965), Dall'alba (1983), Cunha (1982), Hering (1987), Seyferth (1999) e Baldin (1999) sugerem que, no início do século XX, a estrutura produtiva agrícola catarinense era bastante diversificada.

Partindo dessas considerações, este estudo foi dividido em três capítulos além dessa breve introdução e das considerações finais. O Capítulo 1 apresenta as principais características da formação econômica e social de Santa Catarina. O Capítulo 2 analisa a estrutura da produção agropecuária regional do estado catarinense em 1920, destacando os níveis de especialização e diversificação agrícola regionais e estadual. No Capítulo 3 são analisadas a estrutura fundiária e a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920. Além disso, discute-se a relação entre concentração fundiária e estrutura produtiva agropecuária regional no estado catarinense naquele ano. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste estudo.

CAPÍTULO 1

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FORMAÇÃO SOCIECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Este capítulo objetiva apresentar as características gerais da formação socioeconômica de Santa Catarina. Com esse propósito, a primeira seção oferece uma síntese do processo de ocupação do território catarinense no século XVIII, destacando as particularidades da colonização inicial de Santa Catarina. Em seguida, na segunda seção, analisa-se a colonização da província catarinense no século XIX, observando as influências da Lei de Terras de 1850 e da abolição do tráfico internacional de africanos escravizados para o Brasil sobre o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina. A terceira seção apresenta as principais características da estrutura produtiva catarinense no século XIX e início do século XX. Por fim, na quarta seção, faz-se as considerações finais deste capítulo.

1.1. Breves considerações a respeito da formação econômica e social de Santa Catarina

Diferentemente do que ocorreu nas regiões de clima temperado da América do Norte, onde foram constituídas colônias de povoamento organizadas a partir de pequena e média propriedades agrícolas e do trabalho livre familiar do colono europeu, nos trópicos da América a formação econômica e social inicial foi orientada para explorar recursos naturais e produzir gêneros agrícolas de alto valor comercial na Europa. É nesse sentido que a economia e a sociedade brasileiras foram inicialmente organizadas, sendo o latifúndio escravista exportador o elemento fundamental dessa organização (SCHWARTZ, 1988; HOLANDA, 1995; FURTADO, 2005; PRADO JR., 2006).

Entretanto, diferenças nas condições naturais (clima, solo, geografia) e diferentes conjunturas inerentes ao processo de evolução histórica produziram feições distintas à sociedade brasileira. A esse respeito Prado Jr. (2006) observa que o sistema de colonização dos atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina oferece particularidades que, segundo esse autor, os distinguem nitidamente no conjunto da colonização brasileira. Nessas regiões meridionais do Brasil, observou Prado Jr. (2006, pp. 95-96),

como não se tratavam de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar ou outros, foi-se obrigado para conseguir povoadores [...] e conceder grandes vantagens aos colonos que aceitavam ir-se estabelecer lá. [...] a instalação dos colonos é cercada de toda sorte de providências destinadas a facilitar e garantir a subsistência dos povoadores: as terras a serem ocupadas são previamente demarcadas em pequenas parcelas – uma vez que não se destinavam às grandes lavouras tropicais – [...], o trabalho escravo é raro, quase inexistente, a

população é etnicamente homogênea [...]. Trata-se em suma de comunidades cujo paralelo encontramos apenas, na América, em suas regiões temperadas, e foge inteiramente às normas da colonização tropical formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados.

No caso de Santa Catarina, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza observam que as características climáticas e geográficas e, principalmente, a importância estratégico-militar do território catarinense às pretensões coloniais de Portugal na região Platina moldaram a organização econômica e social inicial de Santa Catarina. Segundo Piazza (1994), diante da necessidade de oferecer apoio militar à recém-fundada Colônia de Sacramento (1680), na região do Prata, coube ao governo português promover o povoamento efetivo do litoral catarinense, onde, na década de 1740, foi estabelecido a maior e mais importante base militar-estratégica na defesa dos domínios marítimos portugueses no extremo sul da América.

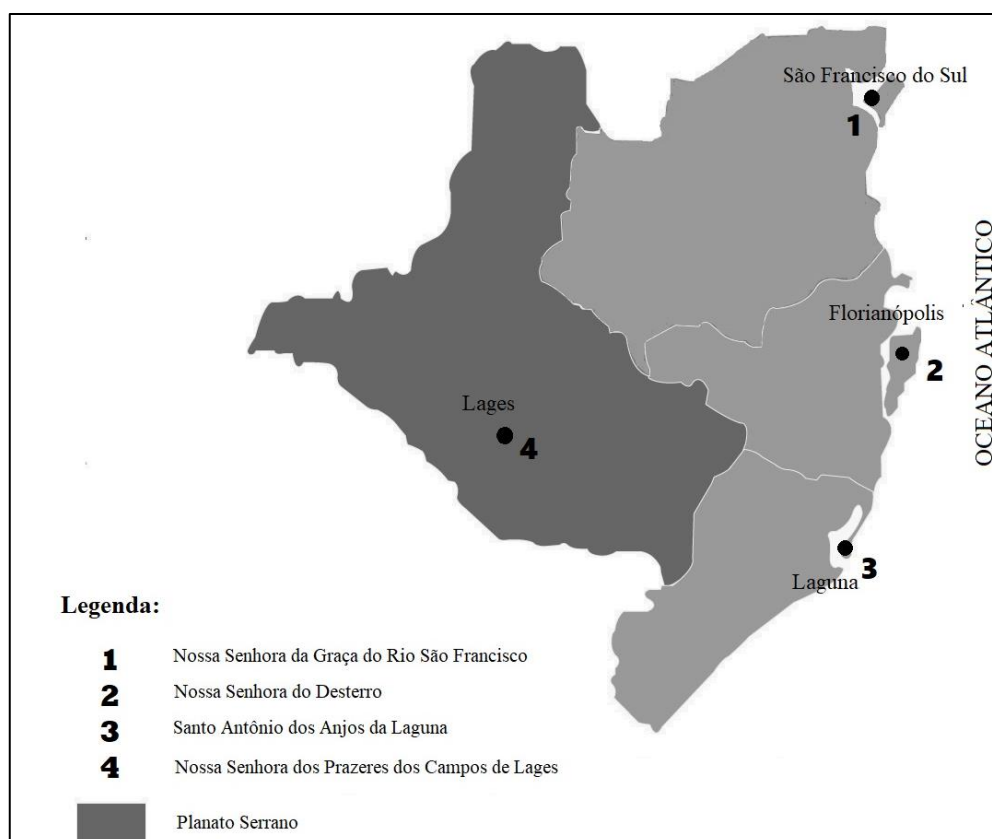
Pouco tempo depois, em 1746, o governo português ofereceu vantagens e subsídios aos habitantes das ilhas da Madeira e dos Açores que desejassem migrar para Santa Catarina. Vale notar, na época, madeirenses e açorianos sofriam com as consequências econômicas e sociais causadas pelo excesso populacional (CABRAL, 1970; PIAZZA, 1994). Nessas circunstâncias, juntou-se “a necessidade da Coroa Portuguesa em povoar Santa Catarina e o desejo dos açorianos e madeirenses de encontrar melhor futuro para si e seus descendentes”, escreveu Ferreira (2012, p. 87).

Entre 1748 e 1756, desembarcaram na Ilha de Santa Catarina cerca de 6,1 mil emigrantes madeirenses e açorianos. Grande parte desses colonos foram distribuídos e assentados ao longo da costa catarinense como pequenos proprietários de terra, ocupando, assim, uma importante faixa litorânea na região sul do Brasil, antes praticamente inabitada. Cabe destacar, naquela época, a maioria dos colonos recém-chegados a Santa Catarina não possuía recursos financeiros para comprar escravos e, desse modo, dependia fundamentalmente do trabalho familiar para o cultivo da terra, cuja produção era basicamente destinada à subsistência (CABRAL, 1970; CEAGSC, 1980; PIAZZA, 1994; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Pouco tempo depois, “a economia de simples subsistência adquiriu caráter mercantil” e os excedentes das produções agrícola e pesqueira foram predominantemente destinados à manutenção da burocracia administrativa e das tropas militares portuguesas estabelecidas na Ilha de Santa Catarina (CEAGSC, 1980, p. 49). Assim, em meados do século XVIII, a estratégia de povoar o litoral catarinense parece ter sido bastante diferente do modelo de organização econômica e social baseado no latifúndio monocultor escravista exportador até então adotado pelo governo português na ocupação de suas terras na América, observou Ferreira (2012).

Porém, nota-se que, diferentemente da estratégia de povoamento do litoral, a ocupação portuguesa na região do Planalto Serrano catarinense, na segunda metade do século XVIII, foi, em geral, análoga à ocupação do nordeste brasileiro, região que, segundo Ferreira (2012, p. 92), “a posse e a propriedade da terra decorreram de simples doações, na forma de sesmaria, que, como se sabe, não favorecia a todos indistintamente, mas às pessoas destacadas, de posses, que fossem capazes de povoá-la e fazê-la produzir”. Desse modo, o latifúndio, ainda hoje um símbolo de *status* social e poder, “constituiu a base do processo de organização política e econômica, assim como a própria estratificação social no planalto serrano” catarinense (FERREIRA, 2012, p. 93). Não obstante, ao contrário do que ocorreu em grande parte do nordeste brasileiro, no Planalto Serrano de Santa Catarina, foi a pecuária extensiva que conduziu o processo de organização econômica, política e social (CABRAL, 1970; CEAGSC, 1980; COSTA, 1982; PIAZZA, 1975; MACHADO, 2004). A Figura 1 a seguir apresenta a localização do Planato Serrano e das quatro primeiras fundações coloniais de povoamento de Santa Catarina: Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora da Graça do Desterro (1672), Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1676) e Nossa Senhora dos Prazeres de Lages (1766).

Figura 1.1 - Mapa da divisão política-administrativa de Santa Catarina (1822)



Fonte: elaboração do autor a partir de SILVA (2008, p. 55)

Cabe destacar, segundo diferentes estudos, durante os séculos XVIII e XIX, a população do Planalto Serrano catarinense foi rarefeita, uma vez que a criação extensiva de gado exigia uma concentração de mão de obra relativamente pequena (CABRAL, 1970; SANTOS, 1977; COSTA, 1982; PIAZZA, 1975; 1994; 1999). Conforme Piazza (1975, p. 156), “a grande propriedade agrícola, que carecia de mão de obra mais numerosa e mais barata, era raríssima no litoral catarinense e, só, existente em maiores proporções, no planalto [serrano], onde poucos homens, nas fainas do pastoreiro, realizam a tarefa de apascentar grandes rebanhos”. Assim sendo, “na Capitania, depois província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil. Parcialmente tal [situação] se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris (PIAZZA, 1975, p. 219).

Também destacando a relação entre estrutura fundiária e escravidão, Cabral (1970) afirma que no processo inicial de formação econômica e social de Santa Catarina não se encontra “a existência daqueles domínios que se instalaram alhures e que deram origem àquela nobreza fundada no poder territorial” (CABRAL, 1970, p. 205). Ainda segundo esse autor, no território catarinense não se encontra nenhum domínio na “mesma categoria daqueles latifúndios cafeeiros e açucareiros existentes mais ao norte, nenhuma produção em larga escala, nenhum trabalho intensivo a exigir o maior emprego escravo”. Em conclusão, Cabral (1970) afirma que, em Santa Catarina, “o latifúndio não se converteu em grande domínio [...]. Muito cedo iniciou-se então o regime da pequena propriedade e logo surgiu o trabalho livre” (CABRAL, 1970, p. 205).

Santos (1977) igualmente observa que, no território catarinense, “os escravos estavam mais vinculados aos serviços da casa e a uma economia de subsistência, do que sujeitos às atividades que caracterizam uma economia de exploração” e, deste modo, “não havendo uma economia destinada a atender ao mercado europeu, não surgiu também nenhum grande mercado de escravos” (SANTOS, 1977, p. 65).

Walter Piazza corrobora às contribuições de Cabral (1970) e Santos (1977) destacando que o emprego do trabalho escravo no território catarinense não se justificava economicamente, uma vez que Santa Catarina constituiu-se como região economicamente periférica, onde, segundo Walter Piazza, a ausência da grande lavoura voltada para a exportação e o predomínio da pequena propriedade de produção familiar teriam restringido o investimento de capitais em mão de obra escrava. Nas palavras de Piazza (1975, p. 219), “face à formação [...] de uma sociedade agrícola, com base em trabalhadores livres, estruturando a sua economia (rural ou urbana), basicamente no trabalho familiar, acentua-se o bloqueio à escravidão negra e determina a diminuição e desprestígio do comércio de escravos” em Santa Catarina. Ainda segundo esse

autor, “foi a existência da pequena propriedade, predominante, que mais acelerou o alijamento do braço escravo do cenário agrícola catarinense, pois a família do agricultor – quase sempre muito numerosa –, prescindia do auxílio escravo” (PIAZZA, 1999, p. 83).

Semelhantemente, Fernando Henrique Cardoso afirma:

o escravo negro [...] teve um papel muito reduzido na atividade econômica de Santa Catarina, constituindo um coeficiente relativamente pequeno da população da Capitania: por causa do desenvolvimento econômico da área no período colonial [...], não emergiu nenhum setor importante de produção onde fosse compensador a inversão de capitais na mão-de-obra escrava, e não houve, por esta mesma razão, a acumulação de riquezas que permitissem a criação de novas fontes de produção (CARDOSO, 2000, p. 44)

Nota-se que há um consenso entre os autores que, pode-se dizer, compõem a “escola clássica” da historiografia catarinense, de que Santa Catarina constituiu-se como economia periférica, baseada na pequena propriedade rural que, desde o início, predominou o trabalho livre. Tais características, dizem esses autores, contribuíram para dar feição distinta à sociedade e à economia catarinenses. De modo semelhante, diferentes interpretações teóricas específicas do desenvolvimento econômico de Santa Catarina também atribuem à pequena propriedade familiar de produção agrícola e à colonização europeia importância fundamental no progresso socioeconômico catarinense.¹ Por exemplo, no estudo elaborado pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG/SC), Américo da Costa Souto destaca a predominância do regime de pequena propriedade e a produção agrícola diversificada como características fundamentais do desenvolvimento econômico catarinense. Nas palavras desse autor,

Santa Catarina, desde o início de sua formação econômica, teve por função suprir os núcleos exportadores do sistema econômico brasileiro como um todo [...]. Quanto à geração de seu excedente econômico, responsável por um dinamismo que foi até à montagem de um parque industrial de razoável significado, o mesmo, foi de início e em geral, de origem agrícola e canalizado pelo comércio import-export. Caracterizam também sua economia a pequena propriedade e a policultura, o que contribuiu para dar feição especial a sua pauta de exportação, que manteve sempre diversificada (CEAG/SC, 1980, p. 197-198).

Cunha (1982, p. 76) igualmente assinala que a organização socioeconômica de Santa Catarina foi “fundamentada na agricultura de pequena propriedade, inicialmente voltada para o autoabastecimento, tendendo a se diversificar à medida que as colônias iam se desenvolvendo”. Para esse autor, os imigrantes europeus e seus descendentes foram elementos dinâmicos e mantenedores do desenvolvimento catarinense. Nesse sentido, Cunha (1982) ainda destaca as habilidades, motivações e princípios econômicos dos imigrantes europeus, ressaltando a parcimônia, racionalidade no aproveitamento dos recursos produtivos e espírito empreendedor,

¹ Nesse sentido ver Mamigonian (1960; 1965; 1986), CEAG/SC (1980), Cunha (1982; 1992), Hering (1987), Bossle (1988) e Goularti Filho (2016).

associativo e cooperativo do imigrante. Além disso, Cunha (1982) ressalta a capacidade do imigrante de modernizar e diversificar a produção agrícola e de pequenas manufaturas.

Examinando especificamente a colonização e o desenvolvimento econômico da região catarinense do Vale do Itajaí, Hering (1987) enfatiza que o “sistema produtivo nas colônias alemãs, que tinha sua base na pequena propriedade, correspondia, naturalmente, uma organização social que, tal como a economia, se manifestava como atípica em relações a outras formações socioeconômicas nacionais” (HERING, 1987, p. 25). Nesse aspecto, a autora destaca que “o próprio tipo de atividade econômica que se desenvolveu na região tendo por base as pequenas propriedades não permitiu, de início, a formação de grandes fortunas e o distanciamento social” (HERING, 1987, p. 27). Ainda conforme essa autora, o Vale do Itajaí se desenvolveu a partir da pequena unidade de produção agrícola e sustentado e dinamizado pelo imigrante alemão. Esse padrão, segundo Hering (1987), caracterizou o modelo catarinense de desenvolvimento.

Armen Mamigonian também atribuiu ao tipo de colonização, baseada na pequena propriedade e no trabalho livre do imigrante, importância fundamental no desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Esse autor ainda ressalta que a ampla divisão do trabalho e a maior uniformidade e coesão social presentes nas regiões catarinenses de colonização alemã constituíram as bases do desenvolvimento dessas localidades. Para Mamigonian (1965, p. 398):

Assim, podemos concluir que o tipo de colonização [...] criou um excedente econômico [...] indispensável a todo início industrial. Por outro lado, este tipo de colonização criou um mercado de consumo relativamente amplo graças à divisão social do trabalho e ao nível de vida, bem superior à média brasileira e repartido mais ou menos uniformemente entre todos os habitantes: a estrutura social e econômica era bastante democrática.

Como se vê, boa parte da historiografia catarinense confere a certas peculiaridades da formação de Santa Catarina, notadamente à pequena propriedade e a influência dos imigrantes europeus, o papel de fatores determinantes do desempenho econômico catarinense. Apesar disso, trabalhos mais recentes apresentados a seguir e que abordam a economia escravista em Santa Catarina têm apresentado evidências que questionam algumas das principais interpretações formuladas pela historiografia tradicional de Santa Catarina.

Entre os exemplos de estudos recentes sobre a escravidão no território catarinense encontram-se os trabalhos de Ilka Boaventura Leite e Beatriz Gallotti Mamigonian. As autoras levantam uma série de questionamentos sobre a presença e o papel do elemento escravo na história de Santa Catarina, recusando a interpretação consagrada da historiografia clássica de que o africano escravizado teria exercido papel diminuto no desenvolvimento econômico e

social catarinense. Segundo Leite (1996, p. 41), a tentativa de negar a presença das populações afrodescendentes na formação de Santa Catarina teve por objetivo gerar “o vazio ideológico a ser ocupado pelos imigrantes europeus”. Entretanto, diz a autora, as evidências contradizem os argumentos da historiografia tradicional, uma vez que ao longo de século XIX a população escrava em Santa Catarina cresceu consideravelmente, tendo representado, em média, 24% da população catarinense, proporção que, segundo Leite (1996) está longe de ser desprezível.

A partir de um conjunto de fontes primárias, Beatriz Mamigonian também contesta as interpretações clássicas de Cabral (1970), Piazza (1975; 1999) e Cardoso (2000) que, segundo Mamigonian (2006), buscaram relativizar a importância do trabalho escravo no território catarinense. A autora contrapõe essa visão a partir da análise de dados que revelam o emprego da mão de obra escrava em Santa Catarina para a produção de gêneros voltados para o abastecimento do mercado interno. Segundo Mamigonian (2006), entre o final do século XVIII e o início do século XIX, houve incremento na produção agrícola do litoral catarinense devido à demanda crescente das áreas de *plantation* da região sudeste do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro. Como efeito, observou Mamigonian (2006, p. 8-9), “o litoral catarinense viveu então uma fase de distinta prosperidade com base nas exportações de alimentos sustentada, em grande parte, pela compra de africanos novos para as pequenas e médias propriedades agrícolas”. Ainda segundo a autora, entre 1796 e 1820, a população escrava na Ilha de Santa Catarina passou de 22% (1796) para 29% (1820) do total da população ilhéu, tendo praticamente duplicado em números absolutos (MAMIGONIAN, 2006).

Em publicação posterior, Mamigonian e Cardoso (2013) ressaltam que nas primeiras décadas do século XIX o emprego da mão de obra cativa nas pequenas e médias propriedades agrícolas da Ilha de Santa Catarina passou a ser cada vez mais comum. A essa altura, afirmam os autores, “os planos da Coroa portuguesa para colonização da Ilha de Santa Catarina e do litoral próximo, através do trabalho livre de colonos e feitorias coloniais, já havia sido frustrado” (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2013, p. 26). Esses autores ainda destacam que a produção agrícola na Ilha evoluiu de modo que em algumas propriedades a escravidão ganhou “uma feição muito diferente daquela tida como estritamente ‘doméstica’ e ‘minifundiária’ – ou ‘sem importância’, como definiram os historiadores catarinenses Walter Piazza e Oswaldo Cabral” (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2013, p. 32).

Convém observar, apesar da inexistência da exploração de pedras preciosas ou de um forte setor agroexportador em Santa Catarina, a população de cativos no território catarinense cresceu a uma taxa média anual de 2,8% entre 1803 e 1858. No mesmo período, a proporção entre escravos e homens livres em Santa Catarina foi, em média, de 1:4, tendo chegado a quase

1:2 no ano de 1824, quando o contingente de cativos representou mais de um terço da população total da província catarinense, conforme mostra a Tabela 1.1.

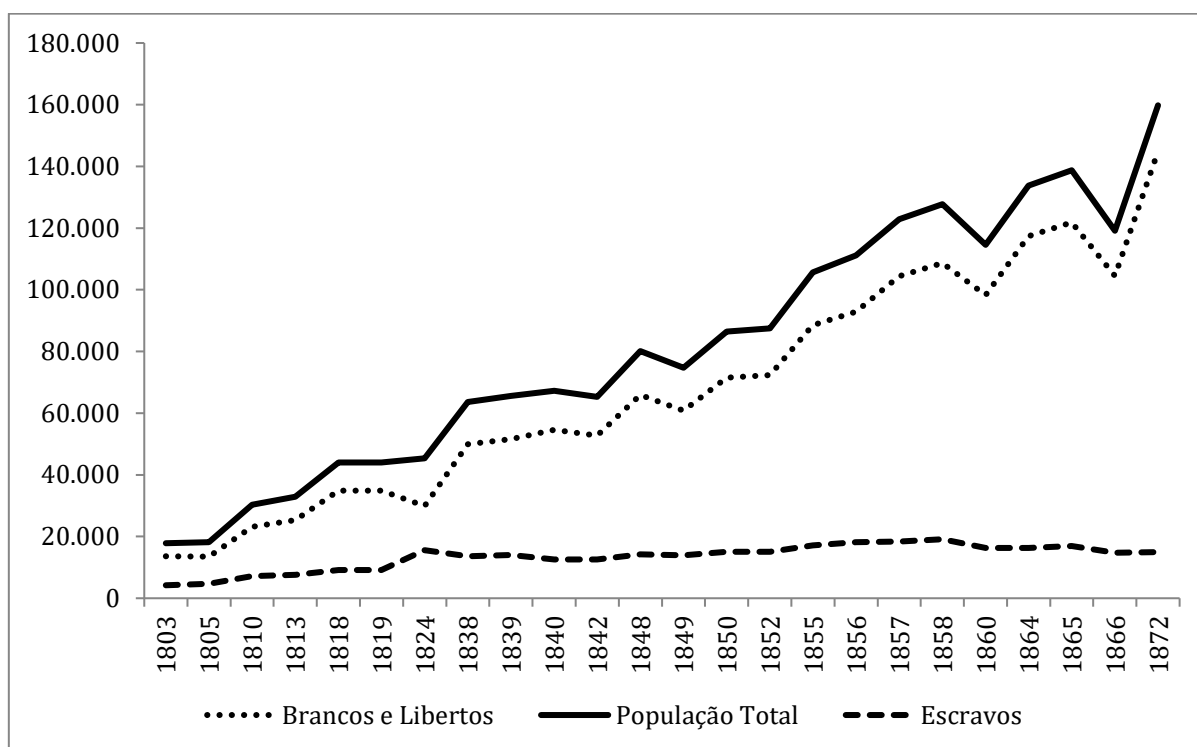
Tabela 1.1 - Santa Catarina: evolução da população (1712-1887)

Anos	Branco e Libertos (A)	Escravos (B)	População Total (C)	A/B	B/C
1803	13.628	4.215	17.843	3,23	23,6%
1805	13.489	4.643	18.132	2,91	25,6%
1810	23.146	7.203	30.339	3,21	23,7%
1813	25.371	7.578	32.949	3,35	23,0%
1818	34.869	9.172	44.041	3,80	20,8%
1819	34.859	9.172	44.031	3,80	20,8%
1824	29.877	15.533	45.410	1,92	34,2%
1838	49.966	13.658	63.624	3,66	21,5%
1839	51.576	14.062	65.638	3,67	21,4%
1840	54.638	12.580	67.218	4,34	18,7%
1842	52.700	12.580	65.280	4,19	19,8%
1848	65.883	14.250	80.133	4,62	17,8%
1849	60.785	13.942	74.727	4,36	18,7%
1850	71.465	15.025	86.490	4,76	17,4%
1852	72.391	15.057	87.448	4,81	17,2%
1855	88.485	17.119	105.604	5,17	16,2%
1856	92.922	18.187	111.109	5,11	16,4%
1857	104.425	18.408	122.833	5,67	15,0%
1858	108.655	19.131	127.786	5,68	15,0%
1860	98.281	16.316	114.597	6,02	14,2%
1864	117.418	16.320	133.738	7,19	12,2%
1865	121.817	16.948	138.765	7,19	12,2%
1866	104.459	14.722	119.181	7,10	12,3%
1872	144.818	14.984	159.802	9,66	9,4%

Fontes: elaborado do autor a partir de Ferreira (2012, p. 100)

Nota-se na Tabela 1.1 que a razão entre o número de escravos e a população total de Santa Catarina decresceu aceleradamente ao longo do século XX, após alcançar, em 1824, seu ápice (34,2%). Porém, esse movimento, como se vê, não decorreu da queda do número absoluto de escravos, mas do aumento da população livre que notadamente cresceu mais rapidamente a partir de 1850, com a intensificação da colonização europeia na província catarinense. Vale notar, como efeito direto da imigração, entre 1850 e 1872, a população livre de Santa Catarina mais que dobrou, enquanto o número total de cativos nessa província declinou levemente. A Figura 1.2 a seguir permite observar mais claramente o efeito da imigração europeia na configuração da curva global da população catarinense no século XIX.

Figura 1.2 - Evolução da População de Santa Catarina (1803-1872)



Fonte: Ferreira (2012, p. 101)

Verifica-se na Figura 1.2 que o número total de escravos em Santa Catarina, embora estivesse longe de ser desprezível, não afetou significativamente a curva global da população da província catarinense no século XIX. Por outro lado, a curva de crescimento da população livre é muito semelhante à da população total, cujo movimento acelerado deveu-se principalmente à imigração europeia na segunda metade do século XIX, após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que, em 1850, aboliu definitivamente o tráfico internacional de escravos, e da aprovação, naquele mesmo ano, da Lei de Terras e Colonização (BRASIL, 1850). A seguir analisa-se a colonização de Santa Catarina no século XIX, procurando destacar a influência dessas duas leis no povoamento do território catarinense.

1.2. A Colonização de Santa Catarina no século XIX

Em fins de 1828, fundamentado na alegada necessidade de povoar o território nacional, o governo imperial brasileiro promoveu o envio de 635 colonos alemães à província catarinense, onde, em 1º de março de 1829, foi fundada a colônia São Pedro de Alcântara, primeiro núcleo de colonização alemã de Santa Catarina. Depois dessa experiência inicial de colonização europeia de origem não portuguesa, o governo catarinense procurou estimular a imigração de europeus, sendo, “o primeiro, e até 1840 o único Governo Provincial a iniciar um programa de imigração” (BROWNE, 1972, p. 78 *apud* PIAZZA, 1994, p. 89). Entretanto,

durante a primeira metade do século XIX, as iniciativas de colonização do território catarinense não alcançaram os resultados esperados (CABRAL, 1970; PIAZZA, 1994; FERREIRA, 2019) conforme será apresentado no decorrer desta monografia.

Vale notar, na concepção de muitos contemporâneos a colonização baseada na pequena propriedade e no trabalho livre do imigrante europeu, preferencialmente o de origem alemã, era a solução para todos os males econômicos e sociais do Brasil. Assim, a colonização europeia tornou-se um dos objetivos essenciais do governo imperial brasileiro, que defendia a imigração de europeus com os seguintes objetivos fundamentais: povoar o território nacional com trabalhadores qualificados como “laboriosos”, “incansáveis”, “parcimoniosos”, “sóbrios” e “pacíficos”; aperfeiçoar, expandir e diversificar a produção agrícola do país; substituir o trabalho escravo pelo livre e a grande propriedade pela pequena; melhorar os hábitos, costumes e valores da população brasileira, especialmente introduzir o ideal de valorização do trabalho manual, sobretudo na terra, na época, considerado serviço de escravo (FERREIRA, 2019).

Assim sendo, conforme Petrone (1982, p. 39), “todos os que projetaram a criação de núcleos de pequena propriedade para povoar o país, sempre excluíram o escravo. Temia-se que o imigrante fosse atingido pela ideia [...] de que o trabalho manual, o trabalho na terra, em vez de enobrecer [...], aviltava”. Além disso, na concepção da época, o imigrante alemão reunia todas as qualidades do colono ideal devido a sua “inata” “aptidão para o trabalho da agricultura, e para os ofícios e artes, o seu espírito prático e conservador, o seu amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, qualidades que o distinguem dos colonos de outras origens”, conforme observou Visconde de Abrantes (1846, p. 2). Opinião semelhante foi manifestada por Lacerda Werneck (1865), que assim escreveu: “O alemão é sóbrio, econômico, pacífico e trabalhador. [...] Ele reúne a essas virtudes a paciência e a moderação. Os seus divertimentos, as suas distrações são regradas e metódicas”. Logo, “a Alemanha é o país, donde nos parece, poderemos prover-nos de uma abundante seara de colonização” (LACERDA WERNECK, 1865, pp. 101-102). Com essa perspectiva, durante grande parte do século XIX, o governo brasileiro procurou preferencialmente incentivar à imigração alemã para o Brasil (CARNEIRO, 1950; PETRONE, 1982; FERREIRA, 2019).

Nesse contexto, a promulgação da lei nº 581 de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, que aboliu definitivamente o tráfico internacional de escravos para o Brasil, foi um importante estímulo indireto à imigração europeia para o país. A supressão definitiva do comércio negreiro, por um lado, elevou o temor da classe de fazendeiros quanto à possível falta de braços para a grande lavoura, principalmente a cafeeira, em expansão; por outro, impulsionou o debate sobre a necessidade de medidas efetivas de estímulo à imigração

européia (FERREIRA, 2019). Poucos dias depois da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, foi promulgada a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, também chamada de Lei de Terras e Colonização. Esta, entre outras disposições, proibiu a aquisição de terras por outro meio que não a compra (art. 1º) e, deste modo, segundo Ferreira (2019, p. 44), “criou amparo jurídico aos particulares e companhias de colonização interessadas em empreender no Brasil”.

Ainda segundo Ferreira (2019, p. 44), na década de 1850, o governo imperial brasileiro promulgou “diversos decretos autorizando o funcionamento de empresas estrangeiras de colonização no Brasil, assim como foram aprovados contratos e feitas concessões a empreendedores individuais e sociedades privadas, nacionais e estrangeiras, para organização de núcleos coloniais no país”. Como resultado dessas medidas, “no decênio 1851-1860 foram criadas 105 colônias no Brasil, sendo 98 particulares. Antes, entre 1822 e 1850, haviam sido constituídos 31 núcleos coloniais no país, dos quais menos da metade pertenciam a particulares” (FERREIRA, 2019, p. 44).

A maioria dos núcleos coloniais de europeus criados depois da promulgação da Lei de Terras de 1850 foi estabelecida nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na província catarinense, foram organizadas nessa época duas das mais importantes colônias alemãs da história do Brasil. Tratam-se das colônias Blumenau, fundada em 1850 pela iniciativa particular de Hermann Bruno Otto Blumenau, e Dona Francisca, constituída no ano seguinte por uma associação de empresários alemães (PIAZZA, 1994; FERREIRA, 2019; 2020).

Durante a segunda metade do século XIX, as colônias Blumenau e Dona Francisca atraíram milhares de europeus de língua alemã para Santa Catarina. Em 1860, a colônia Dona Francisca, atual município de Joinville, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização europeia do Brasil no século XIX, já abrigava 2.885 habitantes, e mais de 1.000 lotes de terras. Na época, os principais gêneros agrícolas produzidos na colônia Dona Francisca eram: mandioca, arroz, feijão, milho, tubérculos, frutas, hortaliças e legumes. Além desses gêneros, os colonos da Dona Francisca produziam pequenas manufaturas, muitas delas exportadas para diferentes regiões do Brasil e exterior (FERREIRA, 2019).

Importa salientar, a extinção do tráfico negreiro, em 1850, refletiu positivamente na imigração europeias para o Brasil, pois “a existência da escravidão parece em verdade que repele a concorrência do trabalhador livre” (VISCONDE DE ABRANTES, 1846, p. 33), uma vez que, segundo outro comentarista contemporâneo, “deste flagelo [da escravidão] resulta que todo estrangeiro se acostuma à crença de que o trabalho manual, sobretudo o do solo, é humilhante” (DECOSTERD, 1843 *apud* VISCONDE DE ABRANTES, 1846, p. 46). Ainda segundo Decosterd (1843), o colono europeu, quando influenciado por esse pensamento, muito

difundido na sociedade brasileira da época, logo passava a desprezar o trabalho manual, especialmente o cultivo da terra, e também o “branco que não se sujeita a esta opinião; e este desprezo é expresso assim pelo branco ou liberto como pelo escravo, o qual, pelo fato de vê-lo trabalhar, considera-o logo em condição inferior” (DECOSTERD, 1843 *apud* VISCONDE DE ABRANTES, 1846, p. 46).

Além disso, em 1860, Heinrich Handelmann observou que “o lavrador europeu [...] não emigra para a América a fazer serviço forçado de lavoura [...]. Ao contrário, o europeu, o lavrador alemão, quando transpõe o oceano, quer ser o que era no seu país ou que debalde procurou ser: senhor livre no seu próprio pedaço de terra” (HANDELMANN, 1982, p. 346). Assim, os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no século XIX preferencialmente procuravam se dirigir para a região sul do país, onde, desde início, o trabalho livre e a pequena propriedade agrícola, predominantes, orientaram grande parte da organização econômica e social (CARNEIRO, 1950; PETRONE, 1982; SCHRÖDER, 2003; PRADO JR. 2006).

Ao mesmo tempo, a abolição do tráfico internacional de escravo provocou um forte aumento no preço dos cativos no mercado brasileiro, bem como houve a intensificação do comércio interprovincial de escravos, que, na sua absoluta maioria, foram transferidos para as regiões cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para suprir à grande lavoura de café de mão de obra (CORRÊA DO LAGO, 2014). Esse movimento foi observado e descrito pelo então presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque. Disse ele, em 1860: “a população escrava [dessa província] tem também diminuído em consequência de sua remessa para as nossas Províncias do norte, ou antes, para a côrte do império” (SANTA CATARINA, 1860, p. 9). Segundo Piazza (1999), essa transferência era um movimento relativamente natural, pois “a Província de Santa Catarina possuía pequeno número de propriedades agrícolas de grande extensão, onde o braço escravo era utilizado nas atividades de produção, o que, de certo modo, estimula o processo de “recompra” de escravos para as áreas do país de economia de exportação desenvolvendo-se, então, um comércio interprovincial de escravos” (PIAZZA, 1999, p. 14-15).

As informações são incompletas, mas calcula-se que, na década de 1850, mais de 1,1 mil escravos foram vendidos para fora da província catarinense (SANTA CATARINA, 1860). Em 1860, foram contabilizados 16.316 cativos em Santa Catarina, número 14,7% menor que o registrado em 1858, quando a população escrava nessa província alcançou seu maior número absoluto, 19.131 negros. Um levantamento realizado em 1866 apurou que, nesse ano, eram empregados mais de 14,7 mil escravos em Santa Catarina, na época, o equivalente a 12,3% da população total dessa província. Ainda segundo esse levantamento, em 1866, havia 22,7 mil

agricultores livres trabalhando em Santa Catarina, número correspondente a 89% da população ativa livre recenseada na província catarinense, onde, naquele ano, ainda se contabilizou o emprego de 1.114 comerciantes, 362 funcionários públicos e 1.220 artífices e artesões (SANTA CATARINA, 1867).

Cabe destacar, os dados do levantamento de 1866 relativos a emprego revelam que mais de 20% da população livre de Santa Catarina estava empregada na agricultura, enquanto o número absoluto de escravos nessa província representava pouco mais de 12% da sua população total. Por outro lado, as informações do levantamento relativas à renda (Tabela 1.2) indicam que, em 1866, a absoluta maioria (87,8%) do total de pessoas com alguma renda na província catarinense recebiam anualmente menos de 500 mil-réis; o número de pessoas que ganhavam acima desse valor e menos de dois contos de réis ao ano correspondia a 11,6% da população de Santa Catarina com renda; e apenas 0,5% dos indivíduos que possuíam renda na economia catarinense recebiam dois contos de réis ou mais anualmente.

Tabela 1.2 – Renda da população recenseada na província de Santa Catarina em 1866

Faixa de renda (em mil-réis/ano)	Indivíduos com renda	
	Número Total	Proporção (%)
100 a 500	17.235	87,84
500 a 1.000	1.624	8,28
1.000 a 2.000	657	3,35
2.000 a 3.000	61	0,31
4.000 a 10.000	39	0,20
10.000 a 20.000	4	0,02

Fonte: Santa Catarina (1867, Anexo B)

Ainda que aparentemente incompletos, os dados do levantamento de 1866 relativos à renda permitem estimar o coeficiente de concentração de Gini e inferir que, na época, a distribuição da renda na província de Santa Catarina era pouco concentrada, conforme indica o Gini de 0,359.² Porém, é necessário advertir que, devido às limitações dos dados, esse Gini indica o grau de concentração de renda entre indivíduos que, em 1866, recebiam alguma renda na província de Santa Catarina, ou seja, as pessoas sem renda não foram incluídas na estimativa. Portanto, deve-se compreender o coeficiente de Gini de 0,359 como a estimativa mais baixas da desigualdade na distribuição da renda na província catarinense.

² O coeficiente de Gini varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (perfeita desigualdade), de modo que, quanto mais próximo estiver de 1, maior a desigualdade. A metodologia utilizada neste trabalho para a estimar o coeficiente de concentração de Gini segue Hoffmann (1979) e considera a estimação da desigualdade dentro dos estratos da distribuição. Assim, o Gini de 0,359 é diferente do resultado encontrado por Corrêa do Lago (2014), que, utilizando os dados relativos à renda na província de Santa Catarina em 1866, estimou um Gini de 0,235. Não obstante, conforme advertiu Corrêa do Lago (2014), o Gini de 0,235 é subestimado.

Ainda assim, o baixo valor do Gini encontrado é coerente com o fato de que a pesca comum e a agricultura de subsistência foram as principais atividades econômicas da província de Santa Catarina durante grande parte do século XIX, sendo o excedente da produção de alguns poucos produtos agrícolas destinando essencialmente ao abastecimento do mercado interno. A esse respeito manifestaram-se diferentes presidentes da província catarinense. Disseram eles:

A agricultura, que a pouco mais se estende da plantação da mandioca, milho, cana, feijão, e arroz, pouco aumentou [...]. O Café, que faz a riqueza da Província do Rio de Janeiro, e de alguns municípios de outras, é aqui em pequena escala cultivado. Só circunstância extraordinárias de outras Províncias ou dos países estrangeiros poderão fazer elevar o preço dos nossos produtos de exportação a ponto de duplicar as rendas provenientes deles (SANTA CATARINA, 1850, p. 26-29).

A agricultura [...] nesta província consiste apenas na pequena cultura, e o seu trabalho versa principalmente no amanho de algumas braças de terra para a cana, mandioca, milho e feijão. A grande cultura, aquela que, dispondo de capitais e recursos, se incumbe de fornecer os produtos ao comércio interior e de alimentar a exportação para países estrangeiros, não existe ainda. [...] A população que habita aglomerada em pequenos grupos no litoral, vivendo principalmente da pesca, não se sujeita ao diuturno serviço da lavoura, recusa a oferta do trabalho e reluta em deixar a rede de pescaria pelo arado (SANTA CATARINA, 1860, p. 26).

O Comércio e Agricultura existem em um estado de grande sofrimento. A baixa considerável do gênero quase único [farinha de mandioca] que a Província exporta tem diminuído a renda, e impossibilitado a Administração para atender as urgentes necessidades, que remediadas contribuiriam para minorar os sofrimentos da lavoura e consequentemente do comércio (SANTA CATARINA, 1862, p. 18).

Fonte principal de riqueza da província, a indústria agrícola não tem, todavia, experimentado aqui progresso sensível. [...] A indústria criadora também não avulta: dá apenas para o consumo. [...] Raro é quem não é aqui proprietário; e quase todos cultivam pouco, mas cultivam por sua própria conta. Isto está bem longe de ser um mal. Por outro lado, o retalhamento da propriedade afugenta o pauperismo e espalha até certo ponto o bem estar pela massa da população. Mas não permite que se formem riquezas, [as] quais se adquirem na exportação da grande cultura e das grandes propriedades (SANTA CATARINA, 1866, p. 21).

Portanto, o baixo valor do Gini de concentração de renda observado em Santa Catarina no ano de 1866 parece refletir a distribuição da renda de uma economia relativamente pobre, na qual a maioria da população que auferia alguma renda anual recebia uma pequena e semelhante quantia de dinheiro e, por consequência, era igualmente pobre.

O recenseamento de 1872 não disponibiliza informações relativas à renda, mas tende a confirmar que, embora o número de escravos empregados na província de Santa Catarina não fosse desprezível, sua importância no setor produtivo catarinense, especialmente na agricultura, era relativamente menor que nas províncias exportadoras de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Assim, o predomínio da pequena propriedade rural e a relativa ausência de grandes escravarias na produção agrícola de Santa Catarina sugerem que, no início dos anos 1870, a renda na província catarinense continuava pouco concentrada.

Apesar das diferenças metodológicas, as análises de Mamigonian (1960; 1965), Dall'alba (1983), Cunha (1982), Hering (1987), Seyferth (1999) e Baldin (1999) corroboram essa hipótese. Conforme esses autores, os núcleos de colonização europeia estabelecidos em Santa Catarina na segunda metade do século XIX foram organizados, social e economicamente, a partir da pequena propriedade agrícola, cuja produção, geralmente diversificada e bastante limitada em escala, dependia fundamentalmente do trabalho familiar. Nesse contexto, apesar das diferenças no interior dos processos produtivos, nas colônias alemãs, predominantes na formação catarinense no século XIX, a acumulação era pulverizada e havia maior uniformidade e coesão social. Consequentemente as distribuições da renda e riqueza eram menos desiguais.

Cabe destacar, particularmente em Santa Catarina, a segunda metade do século XIX é marcada pelo aumento expressivo da imigração de europeus, principalmente italianos e imigrantes de língua alemã (alemães, austríacos, poloneses, teuto-russos). Estes, se fixaram em maior número nas regiões Vale do Itajaí, norte e nordeste de Santa Catarina, enquanto os italianos concentraram-se no sul catarinense e também no Vale do Itajaí. Os recenseamentos da população brasileira de 1872 e 1890 não discriminaram o número de descendentes de imigrantes europeus estabelecidos no Brasil, uma vez que, por serem nascidos no país, esses descendentes eram brasileiros de fato. Todavia, em 1872, a população das principais regiões de colonização alemã da província catarinense totalizava pelo menos 21 mil pessoas, o equivalente a 13,1% da população total de Santa Catarina naquele ano. Além disso, em 1872, quase 80% dos habitantes da província catarinense eram classificados como gente branca. Pardos e caboclos constituíam, juntos, cerca de 12% da população provincial, enquanto os negros representavam 9,4% do total dos habitantes de Santa Catarina na época. Em 1890, somente os núcleos coloniais Blumenau, Brusque e Dona Francisca contabilizaram, juntos, cerca de 60 mil habitantes, a grande maioria de origem alemã. Na época, esse número representava mais de 20% da população total do estado catarinense (BRASIL, 1876; 1898).

Entre 1866 e 1872, a população livre total de Santa Catarina cresceu 38,6%, passando de 104.459 pessoas para 144.818 habitantes (SANTA CATARINA, 1867; BRASIL, 1876). Considerando apenas os dados demográficos de Blumenau e Dona Francisca, nota-se que, nesse período, houve um acréscimo populacional de quase 6 mil pessoas na província catarinense. Esse aumento populacional decorreu principalmente da imigração de europeus de língua alemã vindos de diferentes regiões da Europa e estabelecidos em Santa Catarina como pequenos proprietários de terras. De 1872 a 1900, o incremento na população catarinense foi de aproximadamente 85%. Nesse período, um número expressivo de italianos desembarcou no Brasil e muitos desses imigrantes se estabeleceram como pequenos proprietários na região sul

do estado de Santa Catarina (BRASIL, 1876; 1898; DALL'ALBA, 1983; PIAZZA, 1994; BALDIN, 1999; CORRÊA DO LAGO, 2014; GOULARTI FILHO, 2016; FERREIRA, 2019)

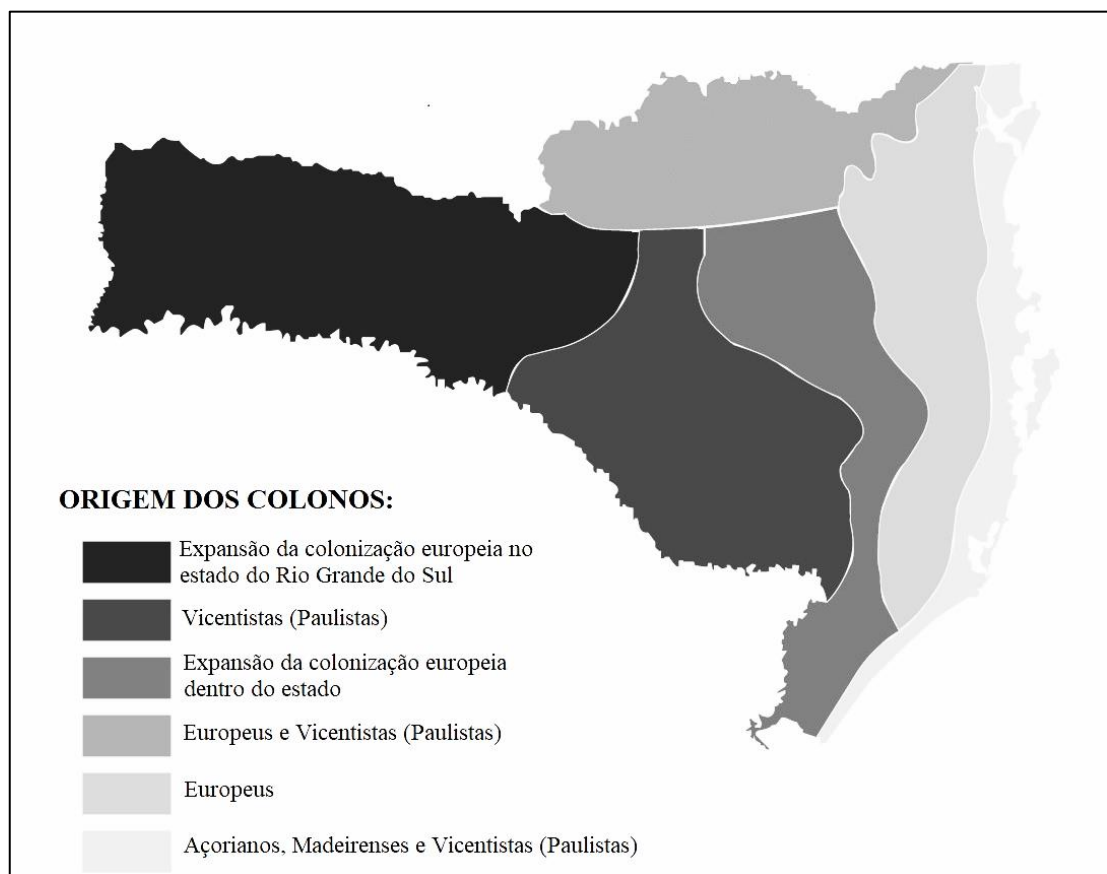
A produção dos imigrantes italianos estabelecidos no sul catarinense era bastante diversificada e baseada no trabalho familiar. Produziam-se principalmente milho, feijão, arroz, batatas, trigo, vinho, cana de açúcar, leite, queijos, frutas e hortaliças. Além dessa produção, desenvolveu-se também a pecuária de subsistência, especialmente a suinocultura, que além da carne ofereceu a extração da banha (CEAG/SC, 1980; DALL'ALBA, 1983; BALDIN, 1999; GOULARTI FILHO, 2016). Segundo Ferreira (2012, pp. 116-117), o excedente da produção total era basicamente “comercializado localmente, uma vez que a precariedade das vias de comunicação e a falta de meios de locomoção impunham-se como obstáculos à exportação” das recém-fundadas colônias italianas do sul de Santa Catarina.

Ainda segundo Ferreira (2012), no início do século XX, colonos ítalos e teuto-brasileiros vindos do Rio Grande do Sul completaram a ocupação do território catarinense ao se estabelecerem nas regiões oeste de Santa Catarina. Organizados a partir do mesmo regime de pequena propriedade das áreas de colonização europeia mais antigas, com produção diversificada e baseada no trabalho familiar, aqueles colonos euro-brasileiros promoveram o cultivo e o desenvolvimento agrícola, a exploração madeireira, a criação de aves e suínos e a produção de seus derivados no oeste catarinense. Vale notar, as atividades ligadas à criação, abate e processamento de derivados de aves e suínos ainda hoje caracterizam a dinâmica econômica daquelas regiões, onde, na década de 1940, foram fundadas as indústrias Sadia e Perdigão (CEAG/SC, 1980; GOULARTI FILHO, 2016; FERREIRA, 2012).

Em resumo, a abolição do tráfico negreiro internacional, em 1850, e a promulgação da Lei de Terras e Colonização, no mesmo ano, estimularam a formação de diversos núcleos de colonização europeia na região sul do Brasil. Esses núcleos foram organizados a partir da pequena propriedade agrícola, cuja produção, bastante diversificada e limitada em escala, geralmente não comportava o emprego de escravos, que, aliás, era absolutamente proibido nas colônias europeias estabelecidas no sul do Brasil ao longo do século XIX.³ Em Santa Catarina, onde, desde o início, a pequena propriedade agrícola e o trabalho livre foram predominantes, prevaleceu a imigração de italianos e europeus de língua alemã, que, juntamente com seus descendentes, ocuparam grande parte do território catarinense a partir da segunda metade do século XIX. A Figura 1.3 a seguir mostra áreas de colonização europeia de Santa Catarina.

³ Brasil, Decisão nº 80 de 31/3/1824, *CLIB* de 1824 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886), 58; Decreto nº 537 de 15/5/1850, *CLIB* de 1850”, Tomo XI. Parte I, (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850), 23.

Figura 1.3- Áreas de colonização de Santa Catarina



Fonte: Elaboração do autor a partir de SEPLA/SC (1986)

A absoluta maioria dos imigrantes europeus que colonizaram Santa Catarina eram agricultores pobres, que, estabelecidos como pequenos proprietários de terra, contavam geralmente apenas com o apoio do trabalho da família. Não obstante, nessa época, dentre os muitos imigrantes que chegaram ao Brasil, principalmente entre os europeus de língua alemã, encontram-se trabalhadores qualificados ou experimentados na produção de pequenas manufaturas artesanais, bem como alguns deles possuíam certa experiência comercial ou industrial. Como efeito, em Santa Catarina, principalmente nas áreas de colonização alemã, os imigrantes formaram a mão de obra especializada que, aproveitando a conjuntura econômica brasileira favorável do final do século XIX, impulsionaram a produção e o comércio de bens e serviços da economia catarinense.⁴ Nesse contexto, a próxima seção busca apresentar um panorama do desenvolvimento econômico de Santa Catarina no século XIX.

⁴ Sobre a economia brasileira no final do século XIX ver: Furtado (2005), Cano (2007), Suzigan (2000).

1.3. Produção e comércio em Santa Catarina no século XIX

No início do século XIX, as principais atividades econômicas de Santa Catarina eram basicamente a produção agrícola de alimentos destinados ao mercado de abastecimento interno e a pesca marítima comum, cuja importância comercial era relativamente limitada. A pesca de baleia e a produção de óleo desse cetáceo, atividades que, na segunda metade do século XVIII, integraram efetivamente a economia catarinense no circuito econômico colonial, oferecendo lucros apreciáveis aos seus exploradores, entraram em declínio em Santa Catarina ainda no final do século XVIII, afirmam Cabral (1970), Cardoso (2000) e Corrêa do Lago (2014).

Conforme Corrêa do Lago (2014), a crise que marcou a economia catarinense no final do século XVIII parece ter alcançado seu ápice na década de 1790. Nessa época, apesar das tentativas de reorganizar a pesca da baleia e de promover o surgimento de novas atividades econômicas em Santa Catarina, “a capitania permaneceu bastante pobre, dedicada basicamente à pesca e à produção de farinha de mandioca, aguardente de cana, algum tecido e madeira” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 342). Nas primeiras décadas do século XIX, a situação econômica de Santa Catarina melhorou devido ao incremento das exportações de alimentos do litoral catarinense para as áreas de *plantation* do sudeste brasileiro e para a cidade do Rio de Janeiro (MAMIGONIAN, 2006). Não obstante, segundo Corrêa do Lago (2014, p. 344-347)

Em 1820, as atividades econômicas da capitania não haviam sofrido nenhuma mudança significativa. [...] a mandioca constituía a base da alimentação da maioria dos habitantes da capitania, enquanto cana-de-açúcar, feijão, milho, arroz e algodão eram cultivados, em maior ou menor escala, nas várias freguesias. Tecidos grosseiros de algodão e outros mais finos, de algodão e linho, continuavam a ser produzidos [...]. As técnicas agrícolas ainda eram muito rudimentares. [...] O processamento dos diversos produtos continuava muito primitivo. A farinha de mandioca era “grossa e pouco torrada”, enquanto o arroz era descascado “à força de trabalho braçal”. Produzia-se açúcar em pequenas quantidades, possivelmente por motivos técnicos, e a maior parcela da cana-de-açúcar era transformada em aguardente ou melado, parte dos quais era vendida a outras capitanias. [...] Embora ainda persistisse ao final da década de 1830, a indústria baleeira havia sido alienada para particulares, e acabou sendo abandonada alguns anos depois.

Em resumo, com exceção do colapso total da pesca da baleia, a economia catarinense sofreu poucas mudanças estruturais na primeira metade do século XIX. A farinha de mandioca permaneceu como principal produto de exportação de Santa Catarina, e na década de 1840 era regularmente exportada para diferentes regiões do Brasil, principalmente para as províncias do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e para o exterior, notadamente para o Uruguai e Argentina. Entretanto, conforme relatos de diferentes contemporâneos, o comércio da farinha de mandioca de Santa Catarina encontrava limitações devido à qualidade inferior do produto barriga-verde.⁵

⁵ Barriga-verde é um gentílico utilizado para designar os nascidos em Santa Catarina.

Em 1816, Miguel de Brito advertiu a respeito da pouca perfeição no preparo da farinha de mandioca fabricada em Santa Catarina (BRITO, 1829, p. 59) e, em 1849, Pereira Pinto lamentou o baixo preço da farinha catarinense (SANTA CATARINA, 1849, p. 7-8). Em 1873, Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão observou que a produção de farinha de mandioca era a que mais crescia e ocupava a maior parte da população do litoral catarinense. Porém, segundo Fonseca Galvão, o produto barriga-verde tinha “preço vil e nada se pode espera dele” (SANTA CATARINA, 1873, p. 12).

Em relatório de 1876, João Capistrano Bandeira de Mello Filho justificou a diminuta renda provincial ao fato de que a receita de exportação de Santa Catarina dependia basicamente do comércio da farinha de mandioca (SANTA CATARINA, 1876, p. 39). Em 1883, Theodoro Carlos de Faria Souto relatou: “a farinha, quase exclusivo produto de exportação desta província, é um gênero essencialmente pobre” (SANTA CATARINA, 1883, p. 66). Alguns anos depois, Francisco José da Rocha reclamou do baixo preço da farinha catarinense, cujo valor, segundo ele, refletia o seu “defeituoso e rotineiro processo de elaboração” (SANTA CATARINA, 1888, p. 380).

Conforme a historiadora Laura Machado Hübener, o cenário comercial e econômico de Santa Catarina começou a mudar na década de 1880, quando, segundo a autora, “as colônias de imigrantes passaram a se destacar na pauta de exportação com seus produtos hortigranjeiros e semimanufaturados, como também a exportação de erva-mate” (HÜBENER, 1981, p. 96). Por exemplo, na década de 1870, a colônia Dona Francisca já se destacava no fornecimento de diferentes produtos agrícolas e manufaturas artesanais. Entre os principais gêneros produzidos na Dona Francisca nessa época destacam-se: milho, arroz, feijão, café, tubérculos, hortaliças, frutas, legumes, farinha de araruta, açúcar, aguardente, manteiga, carroças e móveis madeiras, vestuários, tijolos, telhas, calçados, charutos, artigos de ferro e couro. (FERREIRA, 2019).

A partir do final da década de 1870, Joinville, centro urbano e comercial da colônia Dona Francisca, se tornou o principal centro de beneficiamento de erva-mate de Santa Catarina. Em 1890, segundo noticiou o Jornal da Colônia Dona Francisca, “os principais fabricantes e exportadores de erva-mate estabelecidos no Estado de Santa Catarina incorporaram nesta praça [Joinville] a sociedade anônima Companhia Industrial Catarinense”, mais tarde denominada apenas Cia Industrial (FERREIRA, 2019, p. 213). Na década de 1890, essa empresa negociou mais de 75% das exportações de erva-mate do estado de Santa Catarina, exportando mate para a Argentina, Uruguai, Chile e Europa. Vale notar, nessa época, o mate representou mais de 20% do valor total das exportações catarinenses, mas, segundo Ferreira (2019, p. 214), “considerando somente os produtos vendidos ao mercado internacional, a participação do mate

no comércio exterior de Santa Catarina na década de 1890 foi de quase 70% em média, sendo a Cia Industrial a principal exportadora de mate do Estado catarinense”.

Cabe destacar, o comércio e beneficiamento da erva-mate impulsionaram o comércio e a industrialização da região nordeste de Santa Catarina. Segundo Ferreira (2019), a erva-mate era transportada do planalto norte catarinense em direção a Joinville em grandes carroções coloniais de quatro rodas, cuja capacidade de carga era, em média, de duas toneladas – ver Figura 1.4 a seguir. Depois de descarregarem a erva-mate em Joinville, onde esse produto era beneficiado, os “carroções coloniais, conhecidos na região como *São Bento Wagen*, retornavam ao planalto carregados com produtos produzidos na colônia Dona Francisca (açúcar, café, cigarros, tecidos, calçados, pregos) e outros gêneros importados” (FERREIRA, 2019, p. 214). Ainda segundo esse autor,

O intenso uso dos carroções exigiu maior frequência nas manutenções, reparos e mesmo a produção de novos cargueiros. Cresceu, assim, o número de oficinas especializadas no conserto dos carroções e fabricação de peças mecânicas. Simultaneamente, aumentou a produção de estribo, ferraduras, selas, rédeas e outros artigos para montaria. A maior parte desses produtos era fabricada nas oficinas de Joinville [...].

Nos engenhos de beneficiamento de erva-mate, fornos, trituradores e misturadores necessitavam de reparos e componentes mecânicos, estimulando a criação de oficinas e fábricas de peças, o que também aumentou a demanda por mão de obra especializada na colônia. Depois de beneficiada, a erva-mate era acondicionada em barricas de madeira [...]. Nas décadas de 1880 e 1890, fundaram-se, em Joinville, fábricas de barricas e metalúrgicas que produziam aduelas de metal que davam sustentação aos tonéis de madeira. Em seguida, surgiram oficinas litográficas especializadas na impressão de rótulos para barricas, que passaram a ser identificadas com o nome do engenho de fabricação do mate.

A renda gerada no conjunto da economia ervateira proporcionou um incremento expressivo no consumo e comércio de bens e serviços na colônia Dona Francisca. As pequenas manufaturas e casas comerciais expandiram-se e fundaram-se as primeiras fábricas de tecidos, metalúrgicas e indústrias de alimentos e bebidas de Joinville (FERREIRA, 2019, pp. 214-217).

A exploração madeireira constituiu outra importante atividade extrativista na economia catarinense na época. Conforme Josef Zipperer, pioneiro da colonização de São Bento do Sul, no planalto norte de Santa Catarina, muitos dos imigrantes europeus estabelecidos nessa região “eram bem experimentados nos trabalhos em madeira, habilidade que trouxeram da sua terra de origem, onde exerciam a profissão de carpinteiros” (ZIPPERER, 1951, p. 58). Vale notar, a abundante disponibilidade de madeira no planalto norte catarinense associada a habilidade do colono europeu impulsionou o desenvolvimento dessa região, conhecida como importante polo moveleiro de Santa Catarina (KAESEMODEL, 1990).⁶

⁶ O polo moveleiro do planalto norte catarinense inclui os municípios São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho (KAESEMODEL, 1990).

Figura 1.4 - São Bento Wagen na Estrada Dona Francisca no final do século XIX



Fonte: Ferreira (2019, p. 215).

Ainda convém destacar que, nas últimas décadas do século XIX, pequenas serrarias das colônias Dona Francisca e São Bento comercializavam madeira na forma de tábuas, ripas ou vigas para construção de ranchos, residências, prédios públicos, pontes e estradas. Além disso, marcenarias de esquadrias e mobiliário produziam tábuas, vigas e móveis de madeira de lei como jacarandá, cedro, imbuia, canela e peroba. A maior parte dessa produção era exportada para diferentes regiões do Brasil e do exterior, principalmente para o Rio de Janeiro e Montevidéu (FERREIRA, 2019).

A atividade extrativa madeireira também impulsionou as economias do Vale do Itajaí, Vale do Rio do Peixe, planalto serrano e oeste de Santa Catarina. Em Blumenau, no Vale do Itajaí, “a exportação de madeira ocupa, a partir de 1866, o primeiro lugar entre os produtos exportados” (VIDOR, 1995, p. 47). Em 1887, quase metade do valor total das exportações das colônias dessa região decorria do comércio madeireiro. No oeste catarinense, onde “existia uma imensa e inóspita floresta, [...] a madeira definiu a atividade econômica principal”, sendo que “a vida econômica regional, por mais de quarenta anos, circulou em torno do que a mata oferecia” (BELLANI, 1991, pp. 99-100). A maior parte da produção madeireira da região oeste de Santa Catarina era exportada para os mercados do Rio da Prata, e “a grande maioria dos estabelecimentos comerciais e industriais [do oeste catarinense] se formaram com capitais localmente acumulados, ou em alguns casos, transferidos para a região junto a seus proprietários” (CAMPOS, 1987, p. 115).

No Sul catarinense, foi a atividade extrativista mineral de carvão que, a partir da segunda década do século XX, forneceu importantes estímulos à economia da região, onde, até então, predominava a produção agrícola voltada à subsistência e à comercialização do excedente no mercado interno. Segundo Américo Augusto da Costa Souto, “a região [sul catarinense] era propícia a uma diversificada produção agrícola, em que avultavam o feijão, o milho, a cana, o trigo, a uva” e o arroz (CEAG/SC, 1980, p. 91). Desenvolveu-se também a pecuária, em especial a suinocultura, e a produção de manufaturas agrícolas, como banha, queijos, salame e vinho (CEAG/SC, 1980; GOULARTI FILHO, 2016). Milanez (1991) observa que, como resultado da colonização italiana no final do século XIX, a região sul de Santa Catarina passou a exportar carne de porco salgada, banha, feijão e outros gêneros alimentícios para diferentes regiões brasileiras. Para Goularti Filho (2016), essa produção mercantil variada, baseada na pequena propriedade, engendrou uma concorrência mais acirrada e uma acumulação pulverizada, características que, segundo o autor, foram fundamentais para criar e consolidar uma base produtiva regional diversificada e dinâmica.

Ainda segundo Goularti Filho (2016), a pequena propriedade mercantil e a acumulação pulverizada foram características dominantes no desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina, onde, na virada do século XIX para o século XX, destacavam-se os setores econômicos extrativista, alimentar e têxtil. As tabelas 1.3 e 1.4 a seguir mostram os principais produtos de exportação de Santa Catarina nessa época. Nota-se que, no período 1894-1899, o segmento extrativista (ervateiro e madeireiro) representava, em média, aproximadamente 30% do valor total das exportações catarinenses, seguido pela indústria alimentar, especialmente a de farinha de mandioca (16,3%), produtos suínos e derivados (8,8%) e manteiga (7,3%).

Na primeira década do século XX, o setor extrativista continuou com sua primazia nas exportações catarinense, representando 28,6% do valor total exportado por Santa Catarina no período 1900-1910. Nesse momento, verifica-se um expressivo aumento da participação da indústria alimentar, com destaque para as produções de banha, manteiga e de produtos suínos. Outras manufaturas, como prego e têxteis, também ganham destaque nas exportações de Santa Catarina na primeira década do século XX (Tabelas 1.3 e 1.4). Cabe destacar, nessa época, a indústria têxtil catarinense estava basicamente circunscrita ao Vale do Itajaí, centrada nas cidades de Blumenau e Brusque, e a região nordeste de Santa Catarina, notadamente em Jaraguá do Sul e Joinville. Ainda cabe destacar, entre o final do século XIX e início do século XX, foram fundadas, nessas regiões, pequenas empresas têxteis que deram origem a grandes indústrias nacionais desse setor, dentre as quais destacam-se a Karsten, Cia Hering, Buettner, Döhler e Lepper.

Tabela 1.3 - Valores das exportações dos principais produtos catarinenses, 1894-1920

Ano	Erva-mate	Madeira	Manteiga	Banha	Arroz	Mandioca	Prego	Açúcar	Têxtil*	Fumo	Feijão	Polvilho	Produto suínos	Total**
1894	1.331:010	418:882	327:810	104:848	255:574	1.016:422		87:556		3:582	164:363	33:914	255:146	4.995:126
1895	1.513:245	442:616	368:123	95:732	279:901	818:472	39:068	96:070		6:625	208:263	57:259	346:920	5.367:777
1896	1.333:851	604:609	722:129	249:000	206:167	761:740	130:644	441:706	7:730	4:888	393:927	92:895	536:713	6.598:370
1897	2.045:601	500:312	517:810	215:338	195:401	1.099:231	251:560	941:728	3:695	17:865	817:380	51:657	561:588	8.978:978
1898	2.043:778	509:182	650:880	256:402	421:156	1.979:982	310:354	864:781	:781	31:306	817:021	79:887	669:916	10.000:000
1899	2.188:761	507:665	785:040	228:579	370:693	1.826:154	350:289	822:961	:820	54:061	361:755	118:921	524:405	10.224:107
1900	2.309:244	304:819	889:592	262:255	192:798	1.104:866	438:820	369:066	5:200	153:579	115:125	66:171	436:919	7.255:565
1901	1.922:074	294:369	814:159	399:500	103:555	299:466	242:902	473:901	8:000	213:054	449:256	36:751	571:825	6.171:000
1902	2.022:130	363:632	847:294	835:769	157:990	246:882	350:943	499:431		173:166	233:501	53:087	970:968	7.281:000
1903	1.428:257	373:885	785:040	705:444	190:490	313:713	348:550	698:552		140:156	351:103	20:186	787:547	6.361:315
1904	1.378:030	624:172	921:510	512:800	331:930	856:981	343:397	516:992		187:776	329:084	33:614	617:035	7.233:000
1905	1.338:722	503:715	525:671	268:093	263:081	242:973	324:740	227:965	128:000	188:059	263:514	35:896	372:858	5.450:000
1906	1.467:044	756:170	592:542	1.203:986	391:348	408:856	315:631	163:454		142:246	626:537	69:835	1.365:875	7.794:145
1907	1.444:401	876:025	1.256:982	1.622:317	582:532	625:081	259:505	989:540	74:070	244:589	622:961	99:763	1.740:673	10.253:636
1908	1.479:030	770:743	1.434:250	1.095:158	570:486	946:377	297:134	1.085:377	592:707	251:087	329:268	49:053	1.216:514	10.354:328
1909	1.567:960	701:044	1.376:980	935:261	391:462	581:808	404:991	179:640	530:850	143:213	129:688	55:073	1.050:929	8.191:434
1910	1.286:834	626:402	1.045:635	840:855	221:478	333:217	360:061	200:115		155:567	156:391	67:988	976:955	6.891:977
1911	1.287:784	688:858	996:825	1.154:989	411:801	319:241	461:169	75:944		152:300	301:403	82:269	1.253:563	8.217:552
1912	1.164:589	877:805	986:931	1.112:030	420:969	415:433	564:036	11:407	150:713	264:205	451:865	122:799	1.268:301	8.124:751
1913	982:239	854:511	1.326:956	1.807:789	462:786	560:848	481:555	75:065	142:536	312:926	478:654	129:662	1.978:828	9.231:043
1914	1.168:017	728:908	722:070	1.741:706	529:115	252:592	306:534	442:265	640:972	209:479				8.979:267
1915	985:222	333:151	765:487	2.027:500	1.161:772	1.656:987	395:499	1.771:160	888:019	240:290				14.289:884
1916	1.491:046	555:756	903:797	2.007:594	864:984	761:194	353:159	2.266:031	1.239:106	630:034				15.180:991
1917	4.042:542	1.138:934	1.223:261	2.604:704	1.536:158	1.647:582	702:073	635:619	1.074:287	382:200	568:920	665:626	208:479	20.127:919
1918	3.645:876	2.637:715	1.196:423	2.237:053	2.770:549	1.468:895	167:678	98:459	1.381:003	439:294	753:438	1.039:962	280:803	25.876:000
1919	9.420:967	3.152:336	1.748:911	4.584:433	1.658:002	1.778:787	602:430	599:710	2.830:347	1.241:056	497:225	229:899	570:611	34.795:557
1920	4.978:005	3.776:129	1.333:300	3.469:503	1.832:822	1.623:841	928:447	1.505:328	2.137:710	419:020			648:967	37.799:244

* Inclui tecidos, fios, roupas e meias; ** Refere-se ao valor total geral das exportações catarinenses

Nota: Valores em mil-réis

Fonte: Goularti Filho (2016, Anexo 3, p. 369)

Tabela 1.4 - Participação dos principais produtos catarinenses na exportação total de Santa Catarina, 1894-1920

Ano	Erva-mate	Madeira	Manteiga	Banha	Arroz	Mandioca	Prego	Açúcar	Têxtil*	Fumo	Feijão	Polvilho	Produto suínos	Total**
1894	26,6%	8,4%	6,6%	2,1%	5,1%	20,3%	0,0%	1,8%		0,1%	3,3%	0,7%	5,1%	80,1%
1895	28,2%	8,2%	6,9%	1,8%	5,2%	15,2%	0,7%	1,8%		0,1%	3,9%	1,1%	6,5%	79,6%
1896	20,2%	9,2%	10,9%	3,8%	3,1%	11,5%	2,0%	6,7%	0,1%	0,1%	6,0%	1,4%	8,1%	83,1%
1897	22,8%	5,6%	5,8%	2,4%	2,2%	12,2%	2,8%	10,5%		0,2%	9,1%	0,6%	6,3%	80,4%
1898	20,4%	5,1%	6,5%	2,6%	4,2%	19,8%	3,1%	8,6%		0,3%	8,2%	0,8%	6,7%	86,4%
1899	21,4%	5,0%	7,7%	2,2%	3,6%	17,9%	3,4%	8,0%		0,5%	3,5%	1,2%	5,1%	79,6%
1900	31,8%	4,2%	12,3%	3,6%	2,7%	15,2%	6,0%	5,1%	0,1%	2,1%	1,6%	0,9%	6,0%	91,6%
1901	31,1%	4,8%	13,2%	6,5%	1,7%	4,9%	3,9%	7,7%	0,1%	3,5%	7,3%	0,6%	9,3%	94,5%
1902	27,8%	5,0%	11,6%	11,5%	2,2%	3,4%	4,8%	6,9%		2,4%	3,2%	0,7%	13,3%	92,8%
1903	22,5%	5,9%	12,3%	11,1%	3,0%	4,9%	5,5%	11,0%		2,2%	5,5%	0,3%	12,4%	96,6%
1904	19,1%	8,6%	12,7%	7,1%	4,6%	11,8%	4,7%	7,1%		2,6%	4,5%	0,5%	8,5%	92,0%
1905	24,6%	9,2%	9,6%	4,9%	4,8%	4,5%	6,0%	4,2%	2,3%	3,5%	4,8%	0,7%	6,8%	85,9%
1906	18,8%	9,7%	7,6%	15,4%	5,0%	5,2%	4,0%	2,1%		1,8%	8,0%	0,9%	17,5%	96,3%
1907	14,1%	8,5%	12,3%	15,8%	5,7%	6,1%	2,5%	9,7%	0,7%	2,4%	6,1%	1,0%	17,0%	-
1908	14,3%	7,4%	13,9%	10,6%	5,5%	9,1%	2,9%	10,5%	5,7%	2,4%	3,2%	0,5%	11,7%	97,7%
1909	19,1%	8,6%	16,8%	11,4%	4,8%	7,1%	4,9%	2,2%	6,5%	1,7%	1,6%	0,7%	12,8%	98,3%
1910	18,7%	9,1%	15,2%	12,2%	3,2%	4,8%	5,2%	2,9%		2,3%	2,3%	1,0%	14,2%	91,0%
1911	15,7%	8,4%	12,1%	14,1%	5,0%	3,9%	5,6%	0,9%		1,9%	3,7%	1,0%	15,3%	87,4%
1912	14,3%	10,8%	12,1%	13,7%	5,2%	5,1%	6,9%	0,1%	1,9%	3,3%	5,6%	1,5%	15,6%	96,1%
1913	10,6%	9,3%	14,4%	19,6%	5,0%	6,1%	5,2%	0,8%	1,5%	3,4%	5,2%	1,4%	21,4%	-
1914	13,0%	8,1%	8,0%	19,4%	5,9%	2,8%	3,4%	4,9%	7,1%	2,3%				75,1%
1915	6,9%	2,3%	5,4%	14,2%	8,1%	11,6%	2,8%	12,4%	6,2%	1,7%				71,6%
1916	9,8%	3,7%	6,0%	13,2%	5,7%	5,0%	2,3%	14,9%	8,2%	4,2%				72,9%
1917	20,1%	5,7%	6,1%	12,9%	7,6%	8,2%	3,5%	3,2%	5,3%	1,9%	2,8%	3,3%	1,0%	81,6%
1918	14,1%	10,2%	4,6%	8,6%	10,7%	5,7%	0,6%	0,4%	5,3%	1,7%	2,9%	4,0%	1,1%	70,0%
1919	27,1%	9,1%	5,0%	13,2%	4,8%	5,1%	1,7%	1,7%	8,1%	3,6%	1,4%	0,7%	1,6%	83,1%
1920	13,2%	10,0%	3,5%	9,2%	4,8%	4,3%	2,5%	4,0%	5,7%	1,1%			1,7%	59,9%

* Inclui tecidos, fios, roupas e meias; ** participação dos produtos listados na Tabela 1.3 no valor total geral das exportações catarinenses

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Tabela 1.3.

Os dados das Tabelas 1.3 e 1.4 ainda permitem constatar o significativo crescimento da participação dos produtos têxteis e alimentícios no valor total das exportações catarinenses nas primeiras décadas do século XX. Não obstante, segundo Goularti Filho (2016), o aumento da produção das indústrias têxteis e de alimentos não alterou o padrão de crescimento baseado no pequeno e médio capital mercantil, cuja origem se encontra na história econômica dos principais núcleos de colonização alemã e italiana de Santa Catarina, especialmente Blumenau, Brusque, Joinville e Criciúma.

1.4. Considerações finais do capítulo

Este capítulo apresentou os principais aspectos históricos da formação socioeconômica de Santa Catarina. Como visto, nos séculos XVIII e XIX, a colonização do território catarinense foi predominantemente baseada na pequena propriedade agrícola e no trabalho livre e familiar do imigrante europeu. A exceção foi o povoamento do Planalto Serrano catarinense, onde o latifúndio constituiu a base do processo de organização política e econômica, sendo a pecuária extensiva e o extrativismo madeireiro as principais atividades econômicas dessa região.

Assim, ao que tudo diga, em Santa Catarina, o predomínio da colonização baseada no regime de pequena propriedade rural e no trabalho livre familiar, em oposição ao modelo latifundiário exportador escravista, engendrou e estimulou o desenvolvimento da produção de diferentes gêneros agrícolas de subsistência que, gradativamente, tornou-se uma produção mercantil predominantemente orientada ao abastecimento do mercado interno (nacional e estadual). O próximo capítulo aprofunda essa questão ao examina a estrutura da produção agropecuária de Santa Catarina em 1920.

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA PRODUTIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1920

Este capítulo examina a estrutura da produção agropecuária de Santa Catarina em 1920. A análise utiliza o conjunto de informações censitárias das 33.744 propriedades rurais recenseadas nos 34 municípios catarinenses em 1920. O capítulo foi organizado em três seções. A primeira seção analisa as características das produções pecuária e agrícola do estado catarinense em 1920. Na segunda seção são apresentados e avaliados os níveis de diversificação e especialização agrícola regional de Santa Catarina naquele ano. Por fim, na terceira seção, apresentam-se as considerações finais deste capítulo.

2.1 Produção agropecuária de Santa Catarina em 1920

2.1.1. Pecuária

Em 1920, o estado de Santa Catarina concentrava 11,9% do rebanho total das espécies de gado recenseadas no território brasileiro. Em relação ao rebanho bovino, principal espécie pecuária do Brasil, nota-se na Tabela 2.1 que apenas 1,8% do número total de bovinos recenseados no país pertencia as propriedades catarinenses.

Tabela 2.1 - Gado existente nos imóveis rurais recenseados no Brasil e Santa Catarina, 1920

Espécies	Número de animais existentes nos estabelecimentos rurais recenseados				Razão entre o número de animais recenseados em SC e no BR segundo a espécie (%)
	Brasil	%	Santa Catarina	%	
Bovina	31.986.681	50,3	582.376	42,2	1,8
Equina	4.513.154	7,1	119.510	8,7	2,6
Asinina e Muar	1.533.734	2,4	36.525	2,6	2,4
Ovina	7.013.678	11,0	44.749	3,2	0,6
Caprina	4.160.260	6,5	14.562	1,1	0,4
Suína	14.396.834	22,6	582.208	42,2	4,0
Total	63.604.341	100	1.379.930	100	11,9

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 60-61).

A baixa participação de Santa Catarina na criação pecuária brasileira em 1920 pode ser parcialmente explicada pelas características da distribuição e ocupação das terras catarinenses. Como visto no Capítulo 1, grande parte do território de Santa Catarina foi colonizado a partir da segunda metade do século XIX, sendo sua colonização baseada na pequena propriedade rural e no trabalho familiar do imigrante europeu. Nesse contexto, a produção agrícola diversificada e a criação pecuária em propriedades familiares foram predominantes. Ainda assim, em 1920, mais de dois quintos do rebanho total de Santa Catarina era da espécie bovina, que, na época, era geralmente criada de maneira extensiva em grandes áreas de campos. Assim sendo, não surpreende o fato de, em 1920, o Planalto Serrano catarinense concentrar quase 60% do total do gado bovino estadual, conforme Tabela 2.2 a seguir. Além disso, nota-se que 42,7% do rebanho equino, 64,2% da criação de ovinos e aproximadamente 70% do gado asinino e muar de Santa Catarina estavam concentrados no Planalto Serrano catarinense (Tabela 2.2). Convém lembrar, durante a metade do século XVIII, a ocupação dessa região seguiu um modelo de posse e propriedade através de doações de sesmarias, restringindo, inicialmente, o acesso à terra. Assim, a presença de latifúndios na região reforçou o desenvolvimento da pecuária extensiva, atividade que influenciou fortemente na organização econômica e social no Planalto Serrano catarinense (COSTA, 1982).

Por outro lado, verifica-se na Tabela 2.3 a seguir que, em 1920, a criação de suínos apresentava grande importância relativa na estrutura pecuária das regiões Vale do Itajaí, Norte e Sul de Santa Catarina, áreas onde predominou a colonização baseada na pequena propriedade rural familiar. Cabe destacar, durante o processo de colonização do território catarinense, os colonos geralmente criavam suínos nos quintais de casa ou em pequenas roças juntamente com aves e animais domésticos, destinando a criação suína basicamente à produção de alimentos como toucinho, banha, linguiça e carne de porco (DALL'ALBA, 1983; HERING, 1987; FERREIRA, 2019). O custo relativamente baixo da criação doméstica de suínos e as oportunidades de comercialização do excedente da produção de alimentos derivados dessa espécie ajuda a compreender o fato de, em 1920, a criação de suínos ser predominante na estrutura pecuária de quase todas as regiões catarinenses, principalmente naquelas colonizadas com base na pequena propriedade rural familiar como Vale do Itajaí e o Sul de Santa Catarina. Vê-se na Tabela 2.3 que a exceção era o Planalto Serrano catarinense, onde os suínos representavam, em 1920, aproximadamente 17% do total da criação pecuária regional.

Tabela 2.2 – Número de cabeças de gado e participação das regiões catarinenses na criação do gado existente nos imóveis rurais recenseados no estado de Santa Catarina em 1920

Regiões/SC	Número de animais da espécie													
	Bovina		Equina		Asinina e Muar		Ovina		Caprina		Suína		Rebanho Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Grande Florianópolis	29.032	5,0	5.879	4,9	2.336	6,4	833	1,9	3.501	24,0	42.845	7,4	84.426	6,1
Oeste Catarinense	19.208	3,3	5.880	4,9	2.892	7,9	1.011	2,3	932	6,4	30.195	5,2	60.118	4,4
Vale do Itajaí	66.899	11,5	17.339	14,5	992	2,7	2.946	6,6	1.391	9,6	123.553	21,2	213.120	15,4
Planalto Serrano	340.708	58,5	51.064	42,7	25.228	69,1	28.722	64,2	2.234	15,3	90.638	15,6	538.594	39,0
Norte Catarinense	61.473	10,6	22.688	19,0	2.620	7,2	3.254	7,3	2.408	16,5	94.106	16,2	186.549	13,5
Sul Catarinense	65.056	11,2	16.660	13,9	2.457	6,7	7.983	17,8	4.096	28,1	200.871	34,5	297.123	21,5
Total de SC	582.376	100	119.510	100	36.525	100	44.749	100	14.562	100	582.208	100	1.379.930	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 60-61; 490-493).

Tabela 2.3 - Santa Catarina: proporção do rebanho de gado existente nas regiões catarinenses em 1920, segundo as espécies

Regiões/SC	Bovina (%)	Equina (%)	Asinina e Muar (%)	Ovina (%)	Caprina (%)	Suína (%)	Total (%)
Grande Florianópolis	34,4	7,0	2,8	1,0	4,1	50,7	100
Oeste Catarinense	32,0	9,8	4,8	1,7	1,6	50,2	100
Vale do Itajaí	31,4	8,1	0,5	1,4	0,7	58,0	100
Planalto Serrano	63,3	9,5	4,7	5,3	0,4	16,8	100
Norte Catarinense	33,0	12,2	1,4	1,7	1,3	50,4	100
Sul Catarinense	21,9	5,6	0,8	2,7	1,4	67,6	100
Total de SC	42,2	8,7	2,6	3,2	1,1	42,2	100

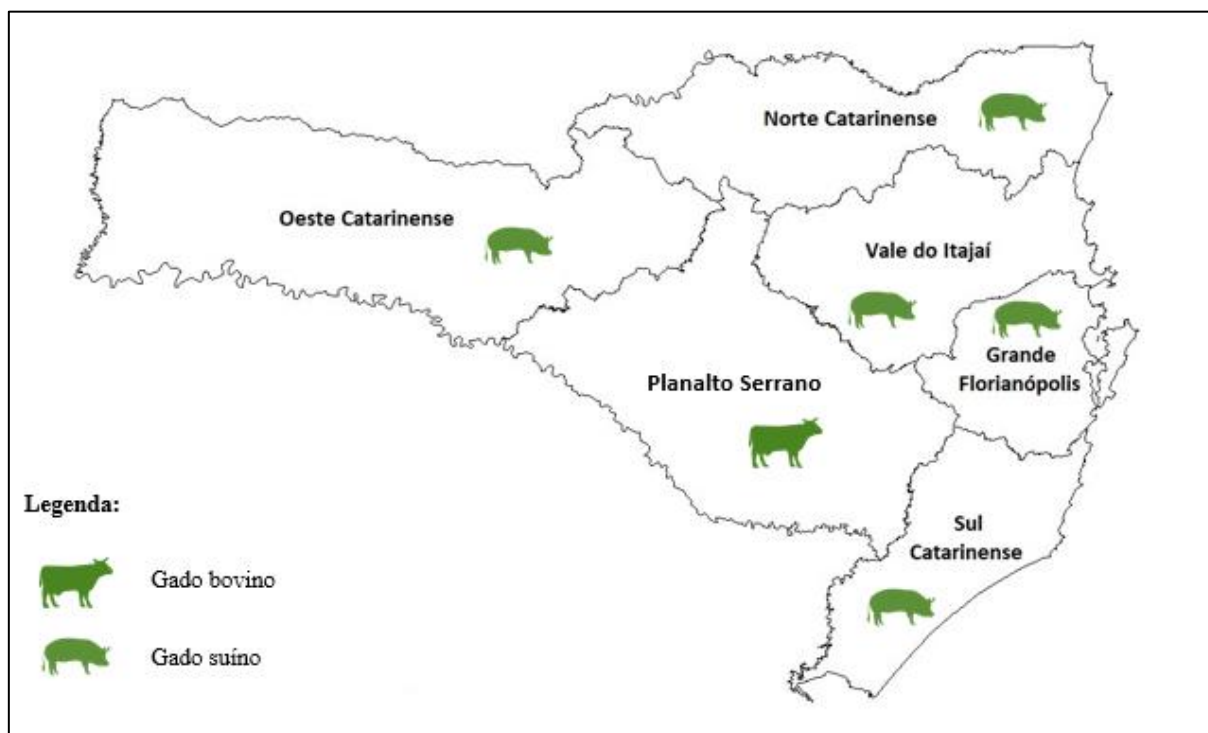
Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 490-493).

Vale notar, a expansão progressiva da atividade pecuária transformou grande parte das terras cultiváveis do Planalto Serrano catarinense em áreas de pastagem, bem como restringiu “a atividade econômica da região à criação e outras atividades associadas, como, por exemplo, a extração do couro e a produção do charque, as quais absorviam quase toda a atividade do homem do Planalto” (FERREIRA, 2012, p. 93). Assim, a agricultura se tornou atividade subsidiária e complementar, com a pecuária condicionando a organização econômica e social do Planalto Serrano de Santa Catarina (COSTA, 1982; PIAZZA, 1994).

Voltando à Tabela 2.2, nota-se que o Sul de Santa Catarina reunia mais de um terço do rebanho suíno estadual, seguido das regiões do Vale do Itajaí (21,2%), Norte (16,2%), Planalto Serrano (15,6%), Grande Florianópolis (7,4%) e Oeste catarinense (5,2%). Não obstante, vê-se na Tabela 2.3 que as espécies bovina e equina representavam, juntas, aproximadamente 40% dos rebanhos de quase todas as regiões catarinenses em 1920. Essa participação expressiva das espécies bovina e equina na estrutura pecuária regional, mesmo nas regiões Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte de Santa Catarina, onde a atividade criatória não apresentava características extensivas, deve-se a utilização generalizada de bovinos e equinos no transporte de carga e mercadorias, além da produção de alimentos derivados da criação de bovinos (leite, queijo e carne). As exceções eram, por um lado, o Sul catarinense, cuja criação bovina e equina correspondia a 27,5% do rebanho pecuário total, e, no outro extremo, o Planalto Serrano, onde predominava a criação de bovinos, atividade que constituía a base da vida econômica dessa região de campos.

Em resumo, em 1920, predominavam na pecuária de Santa Catarina as criações de bovinos e suínos, que, somadas, representavam aproximadamente 85% de todos os rebanhos das propriedades rurais recenseadas no estado catarinense naquele ano. Entretanto, as variações regionais na criação pecuária eram significativas, com algumas regiões como o Vale do Itajaí, Sul e Norte catarinenses reunindo, juntas, a maior parcela (71,9%) da criação suína estadual, enquanto o Planalto Serrano concentrava a maior parte (58,5%) do rebanho total de gado bovino do estado de Santa Catarina. Nesse contexto, não surpreende que, em 1920, somente o Planalto Serrano apresentasse especialização produtiva na pecuária bovina, enquanto as demais regiões catarinenses tinham especialização na criação de suínos, como mostra a Figura 2.1 a seguir.

Figura 2.1 – Santa Catarina: especialização produtiva pecuária regional em 1920



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924)

Convém observar, o indicador de especialização na criação pecuária é uma adaptação do quociente locacional, que, segundo Paiva (2006, p. 92), “busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis à macrorregião na qual aquela está inserida”. A metodologia de cálculo do coeficiente de especialização na criação pecuária é análoga à estimação do índice de especialização produtiva na agricultura, que será apresentado e analisado mais adiante.

2.1.2. Agricultura

O recenseamento agrícola brasileiro de 1920 apurou informações de 33.744 imóveis rurais no estado de Santa Catarina. Somadas, as áreas dessas propriedades totalizavam 3.567.596 hectares de terras, sendo que apenas 120.010 hectares (3,4%) eram cultivados. A extensão das terras produtivas em matas, isto é, destinadas à produção, porém não cultivadas, representava 46,9% da superfície territorial total das propriedades rurais catarinenses, enquanto as terras sem destino produtivo definido somavam 1.777.523 hectares (49,9%), conforme Tabela 2.4 a seguir.

Tabela 2.4 – Santa Catarina: número de propriedades e área produtiva dos imóveis rurais catarinenses recenseados em 1920

Regiões	Quantidade de propriedades recenseadas	Área dos imóveis rurais recenseados em hectares			
		Total	Área Produtiva		Destino Indefinido
			Cultivada	Matas	
Grande Florianópolis	3.611	360.470	13.655	250.322	96.493
Oeste Catarinense	946	141.455	4.316	111.107	26.032
Vale do Itajaí	10.269	365.531	29.958	214.674	120.899
Planalto Serrano	3.181	1.575.139	8.651	577.846	988.642
Norte Catarinense	6.746	681.265	24.062	309.944	347.259
Sul Catarinense	8.991	443.736	39.368	206.170	198.198
Santa Catarina	33.744	3.567.596	120.010	1.670.063	1.777.523

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 113-114, 190-193).

Conforme a Tabela 2.5 abaixo, o Planalto Serrano foi a região de Santa Catarina com a maior proporção (44,2%) de terras recenseadas em 1920. Porém, nota-se que a área cultivada nessa região de campos era relativamente pequena, ocupando apenas 7,2% da extensão total das terras agrícolas de Santa Catarina. Essa baixa participação do Planalto Serrano na área cultivada do estado catarinense está relacionada a forte presença da pecuária nessa região, que, como visto, concentrava grande parte dos rebanhos bovinos, equinos, ovinos, asininos e muares de Santa Catarina. Assim, em virtude da característica extensiva da criação dessas espécies de gado, uma parcela expressiva das terras cultiváveis no Planalto Serrano estava ocupada com pastagens.

Tabela 2.5 – Santa Catarina: área produtiva dos imóveis rurais recenseados em 1920 (em %)

Regiões	Proporção da área dos imóveis rurais recenseados			
	Cultivada	Matas	Destino Indefinido	Total em relação a Santa Catarina
Grande Florianópolis	11,4	15,0	5,4	10,1
Oeste Catarinense	3,6	6,7	1,5	4,0
Vale do Itajaí	25,0	12,9	6,8	10,2
Planalto Serrano	7,2	34,6	55,6	44,2
Norte Catarinense	20,0	18,6	19,5	19,1
Sul Catarinense	32,8	12,3	11,2	12,4
Santa Catarina	3,4	46,8	49,8	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 113-114).

Convém observar, conforme o recenseamento agrícola brasileiro de 1920, “verifica-se [...] a maior proporção de área cultivada nos Estados onde predomina a pequena propriedade territorial”. Entretanto, conforme o Censo de 1920, Santa Catarina era uma exceção a regra,

pois apesar do grande número de pequenas propriedades, o estado catarinense apresentava “reduzida porcentagem nas áreas cultivadas. O facto se explica, porém, porque predomina [...] a exploração extrativa do mate não cultivado” (BRASIL, 1924, p. XI). Vale notar, nas primeiras décadas do século XX, a erva-mate era um importante produto de exportação catarinense. Nessa época, a comercialização de erva-mate representou, em média, cerca de um quarto do valor total das exportações de Santa Catarina – ver Tabela 1.4. A Figura 2.2 mostra a distribuição espacial do número de produtores de erva-mate no território catarinense em 1920.

Figura 2.2 – Santa Catarina: distribuição espacial dos produtores de erva-mate em 1920



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, pp. 376-377)

Nota-se na Figura 2.2 que, em 1920, a região de Santa Catarina com maior concentração de estabelecimentos produtores de erva-mate era o Norte Catarinense. Entretanto, vê-se na Tabela 2.5 que, na época, as terras cultivadas nessa região ocupavam 20% da área total plantada no estado barriga-verde. Assim sendo, convém observar que a exploração extrativa do mate não cultivado no Norte Catarinense estava concentrada no Planalto Norte de Santa Catarina, especificamente na região dos municípios de Mafra, Porto União e Canoinhas. Não obstante, somando a extensão territorial cultivada no Norte Catarinense com as das regiões Vale do Itajaí e Sul de Santa Catarina, onde as terras também foram predominantemente colonizadas com base na pequena propriedade rural, verifica-se que essas três regiões representavam quase 80% da área total cultivada no estado catarinense em 1920.

Na Tabela 2.6 nota-se que, em 1920, as plantações de milho, feijão e mandioca, cujo cultivo frequentemente era associado na mesma lavoura, ocupavam, juntas, 60% das terras agrícolas catarinenses, sendo a produção desses gêneros basicamente destinada ao abastecimento dos mercados estadual e nacional.⁷

Tabela 2.6 – Área cultivada e proporção da extensão das terras plantadas com os principais gêneros agrícolas produzidos no estado de Santa Catarina em 1920

Gêneros Agrícolas	Área cultivada em hectares	% da área total cultivada
Arroz	8.710	7,3
Milho	46.455	38,7
Trigo	2.983	2,5
Feijão	12.660	10,5
Mandioca	12.922	10,8
Cana de Açúcar	25.576	21,3
Fumo	2.563	2,1
Café	5.638	4,7
Diversos*	2.506	2,1
Total de Santa Catarina	120.014	100

Nota: * Inclui os seguintes produtos: batata inglesa, algodão, mamona, maniçoba, coco e cacau.

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, pp. 316-319).

A cana de açúcar, tradicional produto de exportação da economia brasileira, ocupava uma parcela significativa das terras agrícolas catarinenses em 1920. Vale notar, conforme um imigrante que chegou a Santa Catarina em meados do século XIX, “a cultura da cana é considerada bom negócio, visto produzir, em 12 meses, uma boa colheita. Também porque, como produção extra, permite aproveitar os entre-espacos para outras culturas como feijão, milho, até mesmo batatinhas” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 74). Na mesma época, o “Guia de instruções aos imigrantes para a província de Santa Catarina Sul do Brasil” salientava que “a cultura da cana-de-açúcar é a mais rentável” para os imigrantes, não havendo “nenhuma outra cultura [...] tão rentável quanto a de cana-de-açúcar, pois a aguardente e o açúcar representem dinheiro vivo” (BLUMENAU, 1999, p. 201). Ainda conforme Hermann Blumenau, “o plantio do arroz é uma atividade lucrativa” e pode ser associado aos cultivos de milho, feijão e batata”. Além disso, na região do Planalto Serrano catarinense, “com seus

⁷ O recenseamento agrícola do Brasil de 1920 destaca que algumas vezes a extensão das áreas dedicadas ao cultivo de feijão e mandioca foram consideradas em conjunto com a cultura do milho, uma vez que, na época, as plantações de milho, feijão e mandioca geralmente eram associadas na mesma lavoura (BRASIL, 1924).

campos extensos e clima ameno, seria possível iniciar imediatamente uma cultura de trigo”, da qual se poderia extrair bons lucros (BLUMENAU, 1999, p. 201-203).

Os dados da Tabela 2.6 indicam que as orientações feitas em meados do século XIX pelo eminente empresário colonizador Hermann Blumenau e pelo imigrante Theodor Rodowicz-Oswiecimsky refletiram parcialmente no desenvolvimento inicial da produção agrícola de Santa Catarina, que, em 1920, tinha grande parte das suas terras cultivadas dedicadas ao plantio de milho, cana de açúcar, mandioca, feijão, arroz e trigo, cujas produções eram basicamente destinadas ao abastecimento do mercado nacional (BRASIL, 1924).

Outros produtos de destaque na agricultura catarinense em 1920 eram café, fumo e trigo. Porém, ao contrário das zonas cafeeiras dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a produção de café em Santa Catarina era pequena e voltada basicamente ao consumo doméstico, assim como a produção de trigo no estado catarinense. Por outro lado, embora fosse geralmente cultivado em pequenas e médias propriedades familiares de Santa Catarina, o fumo figurava entre os principais gêneros do comércio exportador estadual na década de 1920 (GOULARTI FILHO, 2016). Menos relevantes no conjunto da economia catarinense, diferentes gêneros agrícolas reunidos na Tabela 2.6 como Diversos, ocupavam, juntos, apenas 2,1% da área total das terras cultivadas no estado de Santa Catarina em 1920.

Regionalmente, vê-se na Tabela 2.7 a seguir que, em 1920, a maior parcela (32,8%) das terras cultivadas em Santa Catarina estava localizada no Sul do estado catarinense, onde predominava o cultivo de gêneros agrícolas comuns como mandioca, feijão e milho. Nota-se que esses produtos ocupavam grande parte das terras cultivadas em todas as regiões catarinenses, pois eram produtos básicos à subsistência. Entretanto, conforme os dados da Tabela 2.8, as diferenças na estrutura produtiva agrícola regional de Santa Catarina eram consideráveis. Por exemplo, enquanto no Oeste Catarinense a área plantada com mandioca, feijão e milho ocupava quase a totalidade das terras cultivadas, no Vale do Itajaí e na Grande Florianópolis esses gêneros representavam pouco mais da metade da extensão das lavouras dessas regiões (Tabela 2.8).

Tabela 2.7 – Santa Catarina: participação regional na área plantada com diferentes produtos em relação a área total cultivada em 1920

Regiões de SC	Arroz	Milho	Trigo	Feijão	Mandioca	Cana de Açúcar	Fumo	Café	Diversos*	Total
Grande Florianópolis	7,0%	7,0%	5,4%	7,9%	18,8%	18,0%	1,4%	26,6%	7,2%	11,4%
Oeste Catarinense	0,2%	6,6%	9,4%	5,6%	0,0%	0,3%	0,4%	0,0%	0,6%	3,6%
Vale do Itajaí	39,4%	22,5%	5,4%	6,8%	12,5%	27,6%	59,2%	45,1%	12,5%	25,0%
Planalto Serrano	0,1%	11,2%	35,5%	11,3%	0,5%	2,7%	3,2%	0,0%	4,9%	7,2%
Norte Catarinense	17,2%	19,7%	23,6%	15,1%	8,3%	27,6%	27,4%	9,4%	34,5%	20,1%
Sul Catarinense	36,2%	33,0%	20,7%	53,4%	59,9%	23,7%	8,5%	18,8%	40,3%	32,8%
Santa Catarina	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, pp. 316-319).

Tabela 2.8 - Participação na área plantada de diferentes produtos em relação à área total cultivada nas regiões catarinenses em 1920

Regiões de SC	Arroz	Milho	Trigo	Feijão	Mandioca	Cana de Açúcar	Fumo	Café	Diversos*
Grande Florianópolis	4,5%	30,3%	1,2%	7,3%	17,8%	33,7%	0,3%	11,0%	1,3%
Oeste Catarinense	0,4%	90,7%	6,5%	16,3%	0,1%	1,8%	0,2%		0,3%
Vale do Itajaí	11,5%	44,4%	0,5%	2,9%	5,4%	23,6%	5,1%	8,5%	1,0%
Planalto Serrano	0,1%	76,5%	12,2%	16,5%	0,7%	8,1%	0,9%		1,4%
Norte Catarinense	6,2%	48,4%	2,9%	1,9%	4,4%	29,3%	2,9%	2,2%	3,6%
Sul Catarinense	8,0%	49,5%	1,6%	17,2%	19,7%	15,4%	0,6%	2,7%	2,6%
Santa Catarina	7,3%	38,7%	2,5%	10,5%	10,8%	21,3%	2,1%	4,7%	2,1%

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, pp. 316-319).

É importante observar, no Vale do Itajaí, as plantações de fumo e café ocupavam uma pequena proporção das terras agrícolas dessa região (Tabela 2.8). Porém, nota-se na Tabela 2.7 que o Vale do Itajaí concentrava grande parte do cultivo estadual desses dois gêneros. Situação semelhante é observada na lavoura de arroz, cuja área plantada ocupava 11,5% da extensão total das terras cultivadas no Vale do Itajaí, que concentrava quase 40% da área total plantada com arroz em Santa Catarina. No Sul Catarinense, a lavoura de arroz também ocupava uma pequena proporção (8,0%) das terras cultivadas nessa região. Mesmo assim, o Sul Catarinense concentrava mais de um terço dos arrozais de Santa Catarina (Tabela 2.8). O cultivo de trigo também ocupava uma pequena parcela das terras agrícolas do Sul e do Norte catarinenses. Não obstante, essas duas regiões representavam, juntas, quase metade da área total plantada com trigo em Santa Catarina. O Sul Catarinense ainda possuía mais da metade da área estadual plantada com feijão. Por outro lado, embora a lavoura de milho fosse predominante na agricultura do Planalto Serrano e Oeste de Santa Catarina (Tabela 2.8), em 1920, essas regiões representavam, juntas, menos de um quinto da área total plantada com milho no estado catarinense.

Em resumo, os resultados observados sugerem que, por volta de 1920, a agricultura das regiões Vale do Itajaí, Norte e Sul de Santa Catarina era relativamente produtiva e variada, enquanto o Planalto Serrano e Oeste Catarinense tinham uma produção agrícola concentrada em poucos gêneros de subsistência como mandioca, feijão e milho, cujo cultivo frequentemente era associado na mesma lavoura. A próxima seção examina detalhadamente a diversificação da produção agrícola regional de Santa Catarina em 1920.

2.2. Diversificação regional na produção agrícola em Santa Catarina

Com o objetivo de avaliar o grau de diversificação na agricultura catarinense em 1920, estimou-se o índice de diversificação agrícola das regiões e do estado de Santa Catarina como um todo. Para o cálculo desse indicador foi utilizada a seguinte equação:

$$\text{Índice de diversificação agrícola} = 1 - \left(\frac{\text{proporção da área total cultivada com produtos } n}{\text{número de produtos } n} \right)$$

onde “produtos n ” correspondem aos produtos agrícolas com 5% ou mais de área cultivada na região analisada. Segundo Singh e Dhillon (2004), o índice de diversificação agrícola significa aumentar a variedade de culturas a partir de terras aráveis em determinada região, mostrando que o aumento do número gêneros agrícolas cultivado seria um indicativo de intensificação e

diversificação. O índice de diversificação agrícola ainda contribui para a compreensão da influência das características socioeconômicas na agricultura (SINGH e DHILLON, 2004)

A Tabela 2.9 a seguir apresenta as estimativas dos índices de diversificação na produção agrícola dos municípios e regiões catarinenses e do estado de Santa Catarina em 1920. Os resultados sugerem que, nessa época, Santa Catarina tinha uma agricultura bastante diversificada, com destaque regional para o Vale do Itajaí e Grande Florianópolis, regiões que apresentavam os maiores índices de diversificação na agricultura estadual em 1920. As regiões Sul e Norte do estado catarinense apresentavam índices de diversificação agrícola relativamente menores, mas que estavam longe de serem desprezíveis. Não é ocioso lembrar, as regiões Vale do Itajaí, Sul e Norte de Santa Catarina foram predominantemente colonizadas a partir da segunda metade do século XIX com base na pequena propriedade agrícola familiar, fato que parece influenciar diretamente na maior diversificação na produção agrícola nessas regiões, pois, em geral, as pequenas e médias propriedades rurais tende a apresentar maior produtividade agrícola.

Tabela 2.9 – Santa Catarina: diversificação agrícola regional e municipal em 1920

Regiões e Municípios	Índice de diversificação agrícola	Regiões e Municípios	Índice de diversificação agrícola
Grande Florianópolis	0,800	Sul Catarinense	0,780
Florianópolis	0,730	Araranguá	0,790
Palhoça	0,759	Garopaba	0,767
São José	0,775	Imaruí	0,761
Biguaçu	0,776	Jaguaruna	0,450
Tijucas	0,794	Laguna	0,759
Nova Trento	0,738	Orleans	0,642
Norte Catarinense	0,770	Tubarão	0,757
Joinville	0,767	Urussanga	0,741
Porto União	0,721	Planalto Serrano	0,717
São Francisco do Sul	0,780	Campos Novos	0,652
Mafra	0,418	Lages	0,712
São Bento do Sul	0,734	Curitibanos	0,612
Campo Alegre	0,414	São Joaquim	0,583
Canoinhas	0,624	Vale do Itajaí	0,836
Itaiópolis	0,588	Blumenau	0,772
Parati	0,766	Brusque	0,824
Oeste Catarinense	0,622	Camboriú	0,751
Chapecó	0,414	Porto Belo	0,749
Cruzeiro	0,624	Itajaí	0,770
Santa Catarina			0,827

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, pp. 316-319).

Por outro lado, o Planalto Serrano, cuja formação econômica e social foi baseada na pecuária extensiva e no extrativismo madeireiro, tinha uma diversificação na produção agrícola relativamente menor em 1920. Igualmente, na região Oeste de Santa Catarina, a diversificação na agricultura era mais baixa, porém, ao contrário do Planalto Serrano, esse resultado não parece estar associado às atividades pecuária e extrativista, mas ao fato de que, em 1920, o Oeste Catarinense ainda estava por ser efetiva e completamente povoado.⁸ Cabe destacar, em decorrência dos padrões históricos de transformações na agricultura brasileira, o recenseamento agrícola do Brasil de 1920, o primeiro que permite avaliar a produção agropecuária no conjunto do país, parece representar, em linhas gerais, um retrato das atividades primárias predominantes nos estados brasileiros desde meados do século XIX.

Ainda convém observar que as regiões catarinenses próximas ao litoral como a Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Sul Catarinense e alguns municípios do Norte de Santa Catarina apresentavam índices de diversificação agrícola relativamente mais elevados.⁹ Em outras palavras, por questões geográficas, os produtores estabelecidos próximos ao litoral possuíam maiores possibilidades de estabelecer interações comerciais com o mercado externo a Santa Catarina. Esse fato, pode ter contribuído para o incremento na diversificação da pequena produção agrícola das regiões catarinenses próximas ao litoral. Vale notar, nas primeiras décadas do século XIX, o transporte marítimo ainda era a principal via de escoamento da produção brasileira.

Nesse contexto, é de esperar que, além de elevada diversificação agrícola na produção de diversos gêneros, as regiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Sul e Norte do estado de Santa Catarina apresentassem, em 1920, especialização produtiva em diferentes produtos destinados ao abastecimento do mercado nacional. A Tabela 2.10 a seguir apresenta os índices de especialização na agricultura regional catarinense naquele ano. Como observado anteriormente, o índice de especialização agrícola é uma adaptação do quociente locacional e, seguindo Crocco *et al* (2006) e Colistete (2015), pode ser calculado como:

$$indespag = \frac{e_i/e}{E_i/E}$$

onde *indespag* é o índice de especialização agrícola; e_i é a área cultivada com o produto *i* na região; *e* é a área cultivada total na região; E_i é a área cultivada com o produto *i* no estado

⁸ Em 1920, a região Oeste de Santa Catarina possuía uma população total de 24.650 habitantes, número que representava 3,69% do total da população catarinense naquele ano.

⁹ Municípios do Norte Catarinense localizados próximos ao litoral eram São Francisco do Sul, Joinville, Parati.

catarinense; e *E* é a área cultivada total em Santa Catarina. Assim sendo, *indespag* superior a um indica que a região analisada é especializada no cultivo de determinado produto. Porém, o *indespag* não deve ser entendido como sinônimo de monocultura, e sim pela “perspectiva de que uma economia pode ser multiespecializada; o que implica negar e dialetizar a oposição simples entre especialização e diversificação” (PAIVA, 2006, p. 91).

Tabela 2.10 – Santa Catarina: especialização agrícola regional e estadual em 1920

Regiões de SC	Arroz	Milho	Trigo	Feijão	Mandioca	Cana de Açúcar	Fumo	Café	Diversos*
Grande Florianópolis	0,62	0,61	0,47	0,69	1,65	1,58	0,12	2,34	0,64
Oeste Catarinense	0,05	1,84	2,61	1,55	0,01	0,08	0,10		0,16
Vale do Itajaí	1,58	0,90	0,22	0,27	0,50	1,11	2,37	1,81	0,50
Planalto Serrano	0,01	1,55	4,92	1,56	0,06	0,38	0,44		0,68
Norte Catarinense	0,86	0,98	1,18	0,75	0,41	1,38	1,37	0,47	1,72
Sul Catarinense	1,10	1,01	0,63	1,63	1,83	0,72	0,26	0,57	1,23
Santa Catarina	0,91	1,64	1,21	1,04	3,32	3,41	1,34	0,14	0,18

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, pp. 316-319).

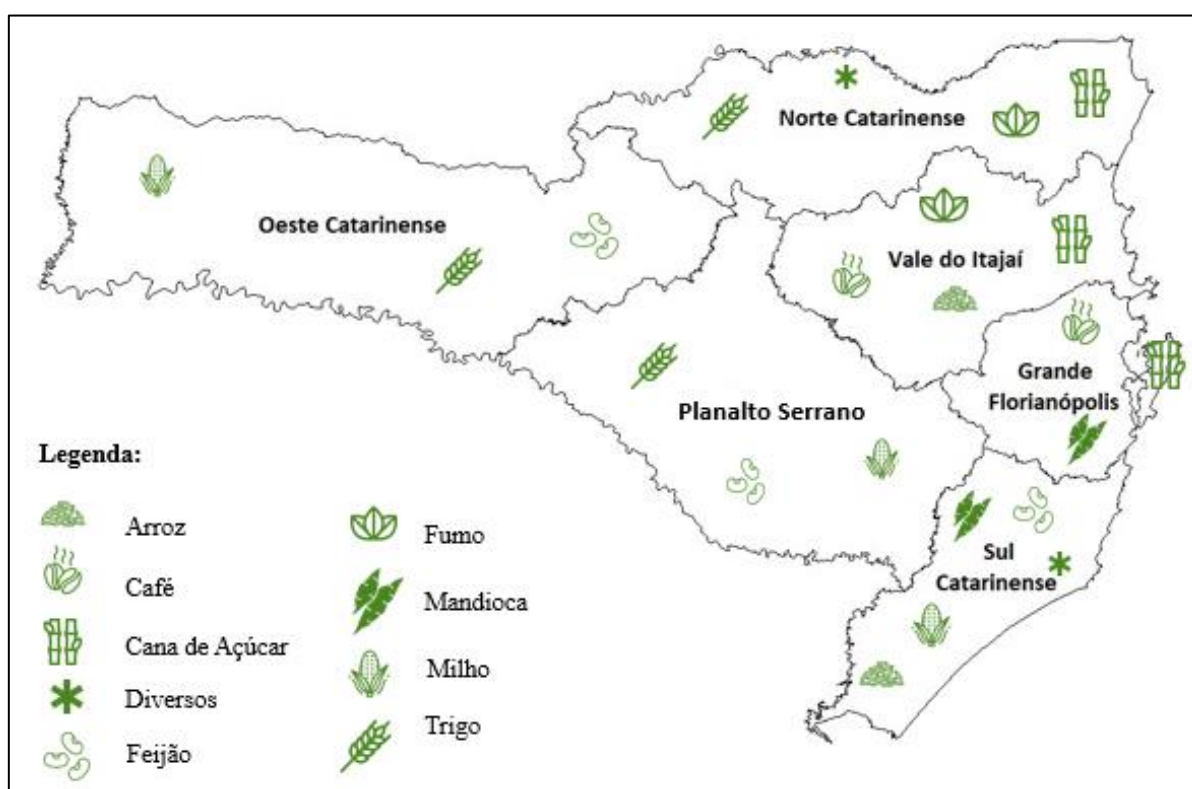
Vê-se na Tabela 2.10 que, em 1920, o estado de Santa Catarina como um todo tinha especialização produtiva em quase todos os produtos da agricultura não exportadora do Brasil, isto é, no cultivo de milho, trigo, feijão e mandioca. Além dessas culturas, o estado catarinense tinha especialização na produção de cana de açúcar e fumo, cujas produções eram basicamente absorvidas pelo mercado nacional. Esse fato evidencia uma das principais características da formação econômica catarinense: a de ser uma região produtora de gêneros agrícolas destinados ao abastecimento do mercado interno.

Regionalmente, observa-se que, em 1920, somente as regiões Vale do Itajaí e Grande Florianópolis possuíam especialização no cultivo de café, principal produto de exportação da economia brasileira na época. Porém, a produção cafeeira nessas regiões catarinenses era modesta e destinada ao mercado local. Além do café, as regiões Vale do Itajaí e Grande Florianópolis eram especializados no cultivo de produtos tradicionais de baixo valor agregado como cana de açúcar e mandioca. O Vale do Itajaí ainda se destacava no cultivo de arroz e fumo, culturas que apresentavam um mercado relativamente mais amplo e favorável à acumulação de capital. Igualmente potencial era a cultura do trigo, que, no estado catarinense, era predominantemente cultivado nas regiões Oeste e Planalto Serrano. Além de especializadas no cultivo de trigo, essas duas regiões possuíam especialização nas lavouras de gêneros de subsistência como milho e feijão. Convém lembrar, o Planalto Serrano catarinense ainda era

especializado na criação pecuária bovina, principal atividade econômica dessa região. Por outro lado, todas as demais regiões de Santa Catarina possuíam especialização na criação de suínos – ver Tabela A3 do Apêndice.

Ainda conforme a Tabela 2.10, o Norte Catarinense apresentava especialização produtiva no cultivo de trigo, cana de açúcar, fumo e diversos gêneros agrícolas destinados ao mercado nacional. Igualmente, a região Sul de Santa Catarina era especializada na produção de gêneros agrícolas tradicionalmente destinados ao abastecimento interno como arroz, milho, feijão, mandioca e outros diversos. A Figura 2.3 a seguir mostra nitidamente as especializações agrícolas regionais de Santa Catarina em 1920.

Figura 2.3 – Santa Catarina: especialização agrícola regional em 1920



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, pp. 316-319).

Em suma, os indicadores estimados e apresentados neste estudo sugerem que, em 1920, o estado de Santa Catarina como um todo tinha uma produção agrícola bastante diversificada e especialização na agricultura não exportadora. Além disso, o estado catarinense possuía especialização produtiva na pecuária suína, cujo custo de criação era inversamente proporcional às oportunidades que a produção de alimentos derivados de suínos oferecia ao grande número de pequenos proprietários rurais estabelecidos no estado catarinense. Assim, os índices de especialização agrícola e pecuária estimados neste estudo confirmam a ideia amplamente

difundida em diferentes trabalhos históricos e teóricos sobre o desenvolvimento econômico catarinense: a de que Santa Catarina, ao longo do seu processo de formação, se desenvolveu como uma economia de abastecimento interno (nacional e estadual).¹⁰ Não obstante, convém avaliar a relação entre concentração fundiária entre proprietários de terras e diversificação na estrutura da produção agropecuária no estrado catarinense em 1920. Fazer essa avaliação é o objetivo do próximo capítulo.

2.3. Considerações finais do capítulo

A partir dos dados censitários de 1920 este capítulo analisou a estrutura da produção agropecuária de Santa Catarina naquele ano. O exame dos dados do recenseamento pecuário revelou que as criações de bovinos e suínos eram predominantes no estado catarinense, com destaque para a pecuária suína. As variações regionais na criação pecuária eram significativas, com algumas regiões como o Vale do Itajaí, Sul e Norte de Santa Catarina concentrando grande parte da criação suína estadual, enquanto o Planalto Serrano concentrava a maior parte do rebanho total de gado bovino.

As diferenças regionais em termos de diversificação da produção agrícola eram menos significativas, embora grande parte das terras catarinenses cultivadas em 1920 estivessem concentradas nas regiões Vale do Itajaí, Sul e Norte de Santa Catarina. Vale notar, essas regiões foram predominantemente colonizadas com base na pequena propriedade rural familiar, fato que parece influenciar diretamente no grau de diversificação da produção agrícola regional catarinense. Não obstante, a proximidade como o litoral associada ao desenvolvimento da agricultura de subsistência, como verificado na região da Grande Florianópolis, também parece ser outro fator importante no grau de diversificação da agricultura regional de Santa Catarina. Por outro lado, no interior do estado catarinense, como no Planalto Serrano, Oeste e parte do Norte de Santa Catarina, nota-se uma menor diversificação na produção agrícola.

Cabe destacar, o grau relativamente baixo na diversificação agrícola do Planalto Serrano catarinense em 1920 parece resultar do processo de formação e desenvolvimento econômico dessa região, baseado na pecuária bovina extensiva e no extrativismo madeireiro. De maneira semelhante, em parte do Norte Catarinense, mais precisamente na região dos municípios de Mafra e Canoinhas, a atividade extrativista (madeireira e ervateira) parece ter influenciado no baixo grau de diversificação na agricultura regional. Por outro lado, no Oeste de Santa Catarina,

¹⁰ Nesse sentido ver CEAG/SC (1980), Hübener (1981), Cunha (1982), Goularti Filho (2016).

o menor grau de diversificação agrícola parece estar associado ao fato de que, em 1920, essa região ainda estava por ser efetiva e completamente povoada.

Em resumo, ao que tudo indica, as características do modelo de colonização do território catarinense, baseado na pequena propriedade agrícola familiar e na produção diversificada inicialmente destinada à subsistência, parece ter influenciado no grau relativamente elevado da diversificação agrícola de Santa Catarina em 1920.

CAPÍTULO 3

DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1920

Este capítulo examina a estrutura fundiária e a concentração da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920. Os indicadores apresentados neste capítulo demonstram que, nessa época, o índice de concentração fundiária entre proprietários de terras em Santa Catarina era, de acordo com Ferreira (2020), semelhante ao observado no estado de São Paulo e superior aos índices do Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Esse fato é surpreendente devido ao passado colonial dessas regiões, onde, diferentemente de Santa Catarina, o latifúndio exportador exerceu grande influência no desenvolvimento econômico. A análise apresentada neste capítulo foi organizada em quatro seções. A primeira e a segunda seções examinam a estrutura fundiária e a concentração da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920. A terceira seção relaciona as produções agropecuárias das regiões catarinenses com os coeficientes de concentração fundiária regiões estimados e apresentados na segunda seção. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais deste capítulo.

3.1 Distribuição da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920

O recenseamento agrícola do Brasil de 1920 reuniu dados de 33.744 propriedades rurais de Santa Catarina, cujas áreas, somadas, correspondiam a quase 38% do território catarinense naquele ano. A Tabela 3.1 apresenta a distribuição das propriedades rurais recenseadas no estado catarinense em 1920.

Tabela 3.1 – Propriedades rurais recenseadas no estado catarinense em 1920

Extensão das propriedades	Número de propriedades	%	Área média em hectares	Área total em hectares	%
Menos de 41 hectares	22.730	67,4	21	470.351	13,1
41 – 100 hectares	6.744	20,0	64	430.818	12,0
101 – 200 hectares	1.879	5,6	147	276.272	7,7
201 – 400 hectares	1.073	3,2	287	307.906	8,6
401 – 1000 hectares	804	2,4	651	523.041	14,6
1001 – 2000 hectares	300	0,9	1.479	443.770	12,4
2001 – 5000 hectares	166	0,5	2.945	488.832	13,6
5001 – 10000 hectares	32	0,1	6.879	220.139	6,1
10001 – 25000 hectares	12	0,04	14.079	168.951	4,7
25001 e mais hectares	4	0,01	59.290	255.160	7,1
Total de Santa Catarina	33.744	100	106	3.585.240	100

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 50-51).

Nota-se na Tabela 3.1 que, em 1920, a absoluta maioria (87,4%) dos imóveis rurais catarinenses eram pequenas (menos de 41 hectares) e médias (entre 41 e 100 hectares) propriedades. Convém observar, o recenseamento agrícola do Brasil de 1920 definiu como pequenos os imóveis rurais com menos de 101 hectares de terras, mas não classificou as propriedades com extensões territoriais superiores a essa área. Por outro lado, considerando as características geográficas e o modelo predominante de colonização do território catarinense, diferentes estudos afirmam que, em Santa Catarina, estabelecimentos agrícolas contendo de 20 a 30 hectares de terras eram pequenas propriedades naquela época (SEYFERTH, 1999; WAIBEL, 1958; PIAZZA, 1976; HERING, 1987; FERREIRA, 2019; 2020). Além disso, segundo Prado Jr. (1945), no estado de São Paulo, onde a grande lavoura cafeeira constituiu a base do desenvolvimento econômico, propriedades rurais com até 25 alqueires (60,5 hectares) foram classificadas como pequenas; propriedades médias eram àquelas que possuíam entre 25 e 100 alqueires (entre 60,5 e 242 hectares); e as grandes propriedades tinham área superior a 100 alqueires (242 hectares).¹¹

Milliet (1946) complementou a classificação preliminar de Prado Jr. (1945) sugerindo que as fazendas paulistas com extensão entre 100 e 500 alqueires (242 e 1.210 hectares) seriam melhor caracterizadas como grandes propriedades, enquanto os estabelecimentos rurais com mais de 500 alqueires (1.210 hectares) deveriam ser classificados como latifúndios. Em Minas Gerais, Wirth (1982) observou que, em 1920, pequenas propriedades tinham até 41 hectares; propriedades médias, entre 41 e 100 hectares; grandes propriedades de 101 a 1.000 hectares; e os latifúndios possuíam mais de 1.000 hectares de terras (WIRTH, 1982).

Com base nessas observações e na história da formação de Santa Catarina (Capítulo 1), é razoável assumir que, em 1920, as extensões dos latifúndios e das pequenas, médias e grandes propriedades no estado catarinense não eram superiores àquelas observadas por Wirth (1982) para Minas Gerais ou àquelas definidas na classificação de Prado Jr. (1945) e Milliet (1946) para o estado de São Paulo. Assim sendo, nota-se na Tabela 3.2 a seguir que, apesar do predomínio (87,4%) do número absoluto de pequenas e médias propriedades na estrutura fundiária de Santa Catarina, a área total ocupada por esses imóveis compreendia apenas 25,1% da superfície territorial total das propriedades recenseadas no estado catarinense em 1920.

¹¹ 1 alqueire paulista = 2,42 hectares ou 24.200 m².

Tabela 3.2 - Classificação das propriedades rurais do estado de Santa Catarina em 1920

Classificação das propriedades	Número de propriedades	%	Área total em hectares	%
Pequenas	22.730	67,4	470.351	13,1
Médias	6.744	20,0	430.818	12,0
Grandes	3.756	11,1	1.107.219	30,9
Latifúndios	514	1,5	1.576.852	44,0

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da Tabela 3.1

Nota-se ainda na Tabela 3.2 que a área ocupada pelas grandes propriedades e latifúndios era quase três vezes maior do que a soma das extensões das terras das pequenas e médias propriedades. Além disso, chama a atenção o fato de os latifúndios, que representavam apenas 1,5% dos estabelecimentos agrícolas catarinenses em 1920, ocuparem 44% da área total dos imóveis rurais recenseados em Santa Catarina naquele ano. Por outro lado, as pequenas propriedades, que correspondiam a mais de dois terços dos imóveis inventariados, abrangiam apenas 13,1% da extensão territorial total dos estabelecimentos agrícolas catarinenses em 1920.

Regionalmente, nota-se na Tabelas 3.3 abaixo que, em 1920, grande parte dos imóveis rurais catarinenses com menos de 41 hectares (pequenas propriedades) estava localizada nas regiões Vale do Itajaí, Sul e Norte de Santa Catarina, onde também se encontrava a maior parte dos estabelecimentos agrícolas com área entre 41 e 100 hectares (propriedades médias). Juntas, essas regiões concentravam quase 90% das pequenas e médias propriedades recenseadas no estado catarinense em 1920. Por outro lado, vê-se na Tabela 3.3 que 70% dos imóveis rurais classificados como latifúndios pertenciam ao Planalto Serrano, região que também concentrava uma parcela expressiva (41,7%) de fazendas com área entre 100 e 1001 hectares.

Tabela 3.3 – Participação relativa das regiões catarinenses no número de propriedades agrícolas recenseadas no estado catarinense em 1920 segundo extensão territorial

Regiões/SC	Pequenas (menos de 41 ha)	Médias (entre 41 e 100 ha)	Grandes (entre 101 e 1.000 ha)	Latifúndios (mais de 1.001 ha)
Grande Florianópolis	10,8%	11,9%	9,3%	2,5%
Oeste Catarinense	2,4%	3,6%	3,6%	3,9%
Vale do Itajaí	37,7%	20,2%	8,8%	2,7%
Planalto Serrano	2,0%	11,8%	41,7%	70,0%
Norte Catarinense	20,0%	19,7%	20,8%	17,1%
Sul Catarinense	27,1%	32,8%	15,8%	3,7%
Santa Catarina	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 50-51).

As Tabelas 3.4 e 3.5 a seguir mostram a participação dos latifúndios e das pequenas, médias e grandes propriedades na estrutura fundiária regional de Santa Catarina em 1920.

Tabela 3.4 - Número e participação relativa das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Santa Catarina em 1920

Regiões/SC	Número de propriedades				Participação relativa do número de propriedades			
	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios
Grande Florianópolis	2.444	803	351	13	67,7%	22,2%	9,7%	0,4%
Oeste Catarinense	544	246	136	20	57,5%	26,0%	14,4%	2,1%
Vale do Itajaí	8.565	1.359	331	14	83,4%	13,2%	3,2%	0,1%
Planalto Serrano	462	793	1.566	360	14,5%	24,9%	49,2%	11,3%
Norte Catarinense	4.548	1.330	780	88	67,4%	19,7%	11,6%	1,3%
Sul Catarinense	6.167	2.213	592	19	68,6%	24,6%	6,6%	0,2%
Santa Catarina	22.730	6.744	3.756	514	67,4%	20,0%	11,1%	1,5%

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 190-193).

Tabela 3.5 - Área total e participação relativa da área das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Santa Catarina em 1920

Regiões/SC	Área total das propriedades				Participação relativa da área total das propriedades			
	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios
Grande Florianópolis	41.978	52.019	72.705	210.682	11,1%	13,8%	19,3%	55,8%
Oeste Catarinense	12.374	14.955	34.327	79.697	8,8%	10,6%	24,3%	56,4%
Vale do Itajaí	182.163	81.830	72.019	31.317	49,6%	22,3%	19,6%	8,5%
Planalto Serrano	10.440	60.594	586.332	917.579	0,7%	3,8%	37,2%	58,3%
Norte Catarinense	96.761	82.795	221.227	279.669	14,2%	12,2%	32,5%	41,1%
Sul Catarinense	126.635	138.625	120.609	57.908	28,5%	31,2%	27,2%	13,0%
Santa Catarina	470.351	430.818	1.107.219	1.576.852	13,1%	12,0%	30,9%	44,0%

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 190-193).

Cabe lembrar, a pecuária extensiva constituiu a base da formação econômica e social do Planalto Serrano catarinense e, em 1920, ainda era a principal atividade da região. Assim, não surpreende o fato de, naquele ano, as grandes propriedades e latifúndios ocuparem mais de 95% da área total dos imóveis rurais inventariados no Planalto Serrano (Tabela 3.5). Ainda assim, chama a atenção o fato de as pequenas e médias propriedades, que, juntas, representavam quase 40% dos estabelecimentos agrícolas recenseados na região (Tabela 3.4), ocuparem apenas 4,5% da área total dos imóveis rurais do Planalto Serrano (Tabela 3.5).

Nas regiões Grande Florianópolis e Oeste Catarinense, os latifúndios representavam uma pequena parcela das propriedades rurais (Tabela 3.4), porém, em 1920, ocupavam mais da metade da extensão das terras dos imóveis recenseados naquelas regiões (Tabela 3.5). No Norte Catarinense, o conjunto das pequenas e médias propriedades correspondia a aproximadamente 90% do número absoluto dos imóveis agrícolas (Tabela 3.4), porém eram os latifúndios e as grandes propriedades que ocupavam quase 75% da área total dos estabelecimentos rurais inventariados nessa região (Tabela 3.5).

Essa disparidade na distribuição da propriedade da terra é confirmada pelos índices de concentração fundiária apresentados na próxima seção. Antes, porém, convém observar que, no Vale do Itajaí e Sul Catarinense, mais de 90% dos imóveis rurais recenseados em 1920 eram pequenas e médias propriedades (Tabela 3.4), cujas áreas, somadas, abrangiam grande parte das terras dos estabelecimentos agrícolas inventariados nessas duas regiões. Assim, ao contrário do observado no estado de Santa Catarina como um todo, nas regiões Vale do Itajaí e Sul Catarinense, o predomínio do número absoluto de pequena e média propriedade parece ter contribuído para uma concentração fundiária relativamente menor.

3.1. Concentração fundiária no estado de Santa Catarina em 1920

Para mensurar o grau de concentração fundiária entre proprietários de terras nas regiões catarinenses e no estado de Santa Catarina em 1920, calculou-se o coeficiente de Gini, que, segundo Hoffmann (1998, p. 42), pode ser estimado pela seguinte equação:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1})\pi_i$$

onde, G é coeficiente de Gini; Φ_i é proporção acumulada da área rural ocupada; e π_i é a proporção do número de proprietários de uma população n , com $i = 1, \dots, n$.

Não obstante, segundo Hoffmann (1998), quando as informações são disponibilizadas por estratos, como no recenseamento agrícola do Brasil de 1920, que dividiu os dados de propriedade de terras em dez estratos (Tabela 3.1), o Gini calculado pela equação acima é subestimado, uma vez que não considera a desigualdade dentro dos estratos. Por exemplo, no Censo de 1920, o primeiro estrato de proprietários inclui todas as pessoas que possuem menos de 41 hectares de terras. Assim, nesse grupo, há indivíduos que possuem um hectare ou menos e proprietários de 10 a 40 hectares de terras. Para contornar a subestimação causada pela desigualdade na distribuição dentro dos estratos, Hoffmann (1998) propôs estimar os valores mínimo e máximo do Gini e, em seguida, calcular um coeficiente intermediário utilizando a seguinte expressão:

$$G = \frac{1}{3} G_e + \frac{2}{3} G_{m\acute{a}x}.$$

onde, G_e e $G_{m\acute{a}x}$ são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do Gini. Ainda conforme Hoffmann (1998), G_e e $G_{m\acute{a}x}$ podem ser estimados pelas equações abaixo:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^k (\Phi_{h-1} + \Phi_h) \pi_h \qquad G_{m\acute{a}x} = G_e + \sum_{h=1}^k \pi_h Y_h G_h$$

onde, G_h é o coeficiente de Gini referente à desigualdade dentro do h -ésimo estrato; Y_h é a razão entre a área média apropriada pela proporção do número de proprietários e a área total; e π_h é a proporção do número de proprietários do h -ésimo estrato. É importante notar, “quaisquer que sejam as distribuições dentro dos estratos, o índice de Gini (G) para a população é, ao menos, igual a G_e e, no máximo, igual a $G_{m\acute{a}x}$ ”, ou seja, $G_e \leq G \leq G_{m\acute{a}x}$. (HOFFMANN, 1998, p. 65).

O coeficiente de Gini varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, quanto mais próximo o índice estiver de 1, maior a desigualdade na distribuição. Assim sendo, Câmara (1949, p. 517) sugeriu avaliar a concentração da propriedade fundiária conforme a seguinte classificação: concentração nula ($0 \leq G \leq 0,100$); nula a fraca ($0,101 \leq G \leq 0,250$); fraca a média ($0,251 \leq G \leq 0,500$); média a forte ($0,501 \leq G \leq 0,700$); forte a muito forte ($0,701 \leq G \leq 0,900$); muito forte a absoluta ($0,901 \leq G \leq 1,000$).

A Tabela 3.6 a seguir apresenta o Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios e regiões catarinenses e no estado de Santa Catarina como um todo. Vale notar, os resultados do Gini apresentados na Tabela 3.6 refletem a desigualdade na distribuição fundiária entre proprietários de terras. Assim, as estimativas do Gini devem ser compreendidas

como o grau mais baixo de concentração da propriedade fundiária, pois a inclusão da população de não proprietários tenderia a aumentar os resultados do Gini.

Tabela 3.6 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nas regiões, municípios e estado de Santa Catarina em 1920

Regiões e Municípios	Gini	Regiões e Municípios	Gini
Grande Florianópolis	0,812	Sul Catarinense	0,572
Florianópolis	0,712	Araranguá	0,572
Palhoça	0,858	Garopaba	0,546
São José	0,644	Imaruí	0,460
Biguaçu	0,555	Jaguaruna	0,517
Tijucas	0,625	Laguna	0,643
Nova Trento	0,447	Orleans	0,544
Norte Catarinense	0,755	Tubarão	0,542
Joinville	0,435	Urussanga	0,383
Porto União	0,855	Planalto Serrano	0,685
São Francisco do Sul	0,570	Campos Novos	0,726
Mafra	0,764	Lages	0,671
São Bento do Sul	0,652	Curitibanos	0,663
Campo Alegre	0,625	São Joaquim	0,594
Canoinhas	0,634	Vale do Itajaí	0,505
Itaiópolis	0,661	Blumenau	0,434
Parati	0,549	Brusque	0,364
Oeste Catarinense	0,790	Camboriú	0,490
Chapecó	0,818	Porto Belo	0,580
Cruzeiro	0,412	Itajaí	0,670
Santa Catarina			0,766

Nota: Dados originalmente publicados em Ferreira (2019, p. 254).

Fonte: calculado a partir dos dados disponíveis no Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 190-192)

Nota-se que, apesar do predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades (87,4%) na estrutura fundiária de Santa Catarina em 1920 (Tabela 3.4), a terra no estado catarinense era fortemente concentrada, como indica o Gini de 0,766 (Tabela 3.6). Conforme Ferreira (2020), esse “resultado é igual ao Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras em São Paulo e superior aos do Maranhão (0,742), Minas Gerais (0,726) e Pernambuco (0,627)” em 1920, “algo surpreendente dado o passado colonial dessas regiões”, salientou o autor (FERREIRA, 2020, p. 504).¹²

¹² As estimativas do Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos estados brasileiros em 1920 estão em Ferreira (2020, p. 512).

Vê-se ainda na Tabela 3.6 que, em 1920, a Grande Florianópolis (0,812) era a região catarinense que tinha a maior concentração fundiária entre proprietários de terras, sendo o município de Palhoça (0,858) o mais desigual. No outro extremo, com menor desigualdade na distribuição da terra na Grande Florianópolis, aparece o município de Nova Trento, com Gini de 0,447. Vale notar, quase todos os municípios que, em 1920, constituíam a região Grande Florianópolis foram organizados a partir do modelo de povoamento baseado na concessão de sesmarias, isto é, na doação de grandes extensões de terras públicas à poucos indivíduos relativamente abastados. A exceção, na Grande Florianópolis, foi o município de Nova Trento, cuja formação foi baseada no assentamento de colonos italianos estabelecidos como pequenos proprietários rurais (PIAZZA, 1994).

Ainda conforme a Tabela 3.6, as regiões Oeste (0,790) e Norte (0,755) catarinenses apresentavam, respectivamente, o segundo e terceiro maiores índices de concentração fundiária de Santa Catarina em 1920. Nessa época, a disparidade na distribuição da propriedade da terra no Oeste Catarinense parece refletir a baixa densidade demográfica dessa região, cujo povoamento ainda estava em seu estágio inicial. Por exemplo, o município de Cruzeiro foi criado em 1917, após seu território ser incorporado ao estado catarinense. Convém esclarecer, após intensa disputa entre Santa Catarina e Paraná, uma área considerável foi incorporada ao estado catarinense no início do século XIX. Essa área incluía os territórios dos municípios de Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Campos Novos, Canoinhas, Porto União, Curitibaanos, partes de Campo Alegre, São Bento do Sul e Mafra (FERREIRA, 2020). A Figura 3.1 a seguir mostra o território em litígio que deu origem à Guerra do Contestado (1912-1916), conflito envolvendo a disputa de terras na fronteira dos estados de Santa Catarina e Paraná.¹³

Nota-se que, com a exceção de Cruzeiro, todos os demais municípios catarinenses situados no território disputado entre Paraná e Santa Catarina apresentavam forte concentração fundiária (Tabela 3.6). Ao que tudo indica, em 1920, a concentração da propriedade da terra em grande parte das regiões Norte e Oeste de Santa Catarina estava relacionada ao conflito de limites (Guerra do Contestado) e ao desenvolvimento do extrativismo madeireiro e ervateiro, atividade cuja característica principal é a apropriação e exploração extensiva de terras não cultivadas. Por outro lado, no Planalto Serrano catarinense, a atividade pecuária foi a principal razão da forte concentração fundiária observada nessa região em 1920 (Tabela 3.6).

¹³ Sobre a Guerra do Contestado ver Serpa (1999); Auras (2001); Machado (2004).

Figura 3.1 – Território em litígio entre Paraná e Santa Catarina no início do século XX



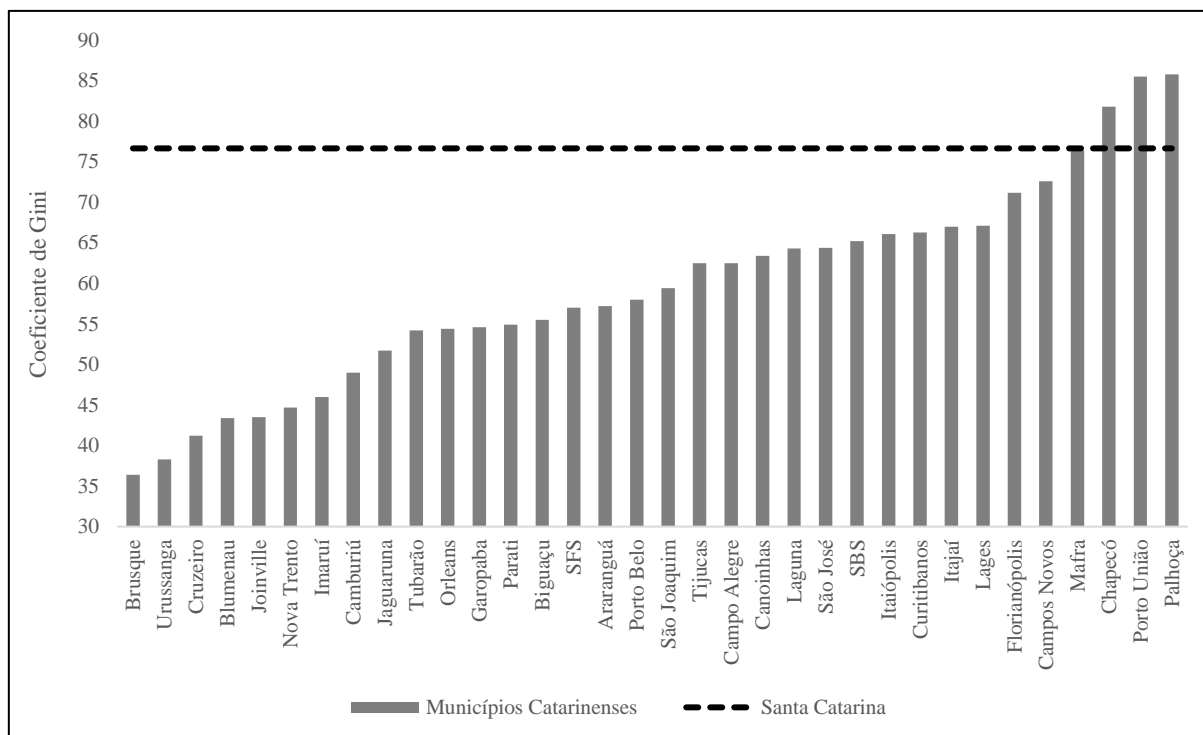
Fonte: Ferreira (2020, p. 506).

Nas regiões Vale do Itajaí (0,505) e Sul Catarinense (0,572), a concentração da terra era relativamente menor que nas demais regiões catarinenses. Entretanto, a diferença entre os valores máximos e mínimos do Gini de concentração fundiária nos municípios pertencentes aquelas regiões não omite a significativa disparidade na distribuição intrarregional da terra. Por exemplo, no Vale do Itajaí, o Gini indica uma menor concentração fundiária nos municípios de Brusque (0,364) e Blumenau (0,434). Ao mesmo tempo, o indicador revela que a terra é mais desigualmente distribuída no município de Itajaí (0,67). No Sul Catarinense, a concentração fundiária em Urussanga (0,383) era de fraca a mediana, enquanto em Laguna (0,643) o Gini indica uma forte concentração da propriedade da terra (Tabela 3.6).

Em todas as regiões de Santa Catarina nota-se uma expressiva disparidade entre os valores máximos e mínimos do Gini municipal de concentração fundiária, sendo que os municípios de Brusque (0,364), Urussanga (0,383), Cruzeiro (0,412), Blumenau (0,434), Joinville (0,435) e Nova Trento (0,447) tinham os menores índices de concentração fundiária entre proprietários de terras no estado catarinense em 1920, conforme Figura 3.2 a seguir. Vale notar, uma característica comum a esses municípios é a organização econômica e social inicial baseada na pequena propriedade familiar, fato que parece ter influenciado diretamente nos respectivos resultados do Gini de concentração fundiária. Por exemplo, conforme Radin (2006), as terras localizadas na região do município de Cruzeiro foram divididas e comercializadas de forma a satisfazer às possibilidades de aquisição da maioria dos colonos que chegaram aquela

região. Igualmente, em Joinville, o modelo inicial de colonização no século XIX resultou em menor concentração da propriedade da terra em 1920, conforme demonstrou Ferreira (2020).

Figura 3.2 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios catarinenses e estado de Santa Catarina em 1920



Nota: Abreviação de São Francisco do Sul (SFS), São Bento do Sul (SBS)

Fonte: Tabela 3.6

Cabe destacar, a maioria dos colonos que se chegara a Santa Catarina entre meados do século XIX e início do século XX eram pessoas com recursos financeiros limitados, ou seja, não dispunham de capital disponível para aquisição de grandes extensões de terras. Nas regiões dos municípios de Cruzeiro, Joinville, Blumenau e Brusque não foi diferente e, assim sendo, além do predomínio das pequenas propriedades, nota-se uma menor desigualdade na distribuição da terra nesses municípios em 1920 (FERREIRA, 2019; 2020).

Por outro lado, vê-se na Figura 3.2 que, em 1920, Florianópolis, Palhoça, Curitibanos, Campos Novos e Lages estavam entre os municípios com maior concentração fundiária no estado catarinense. A característica comum a esses municípios é a formação inicial baseada no sistema de concessão de sesmarias, o qual reconhecidamente favoreceu a concentração da posse da terra. A Figura 3.2 ainda mostra que Porto União e Mafra, onde o extrativismo de madeira e erva-mate orientou grande parte da organização socioeconômica local, também estavam entre os municípios catarinenses com forte concentração da propriedade da terra.

Em resumo, os municípios catarinenses cuja colonização, no século XIX, foi baseada na pequena propriedade rural apresentaram, em 1920, menor desigualdade na distribuição da terra. Não obstante, conforme Ferreira (2020), os índices de Gini de concentração fundiária observados nos municípios catarinenses de 1920 são apenas moderadamente correlacionados com o fato de os municípios terem sido ou não núcleos coloniais de pequenos proprietários no século XIX. Além disso, Ferreira (2020, pp. 505-508) adverte que

o tipo de colonização, o predomínio da pequena propriedade rural e a distribuição mais igualitária da terra em algumas regiões catarinenses, especialmente nas áreas de colonização europeia como Joinville, Vale do Itajaí e partes do sul de Santa Catarina [...] não impediu que o estado de Santa Catarina apresentasse no início do século XX índices de desigualdade fundiária semelhantes, ou ainda mais elevados, do que os de estados marcados pela grande lavoura exportadora do açúcar e do café.

Assim sendo, a próxima seção explora a relação entre estrutura produtiva agropecuária e concentração fundiária no estado de Santa Catarina em 1920.

3.2. Gini de concentração fundiária e estrutura produtiva em Santa Catarina

Em 1920, as regiões Planalto Serrano e Oeste Catarinense apresentavam os menores índices regionais de diversificação agrícola de Santa Catarina. Esse fato, a princípio, parece estar relacionado a forte desigualdade na distribuição da propriedade da terra, uma vez que, geralmente, quanto maior o grau de concentração fundiária, menor a tendência à diversificação da produção na agricultura. Não obstante, a Grande Florianópolis, onde a propriedade da terra era fortemente concentrada (Tabela 3.6), possuía o segundo maior índice de diversificação agrícola de Santa Catarina. Semelhantemente, no Norte Catarinense, o índice de diversificação na agricultura era relativamente elevado, apesar da forte desigualdade na distribuição da propriedade fundiária nessa região. Assim, em 1920, a diversificação agrícola nas regiões Planalto Serrano, Grande Florianópolis, Norte e Oeste de Santa Catarina parece estar mais fortemente relacionada às características históricas da formação socioeconômica dessas regiões do que à concentração fundiária.

Por exemplo, na Grande Florianópolis, cujo povoamento foi inicialmente orientado pelos interesses estratégicos-militares de Portugal na região Platina (Capítulo 1), a economia de simples subsistência evoluiu para a produção comercial de gêneros como peixes, farinha de mandioca e cana de açúcar, cujas produções eram basicamente destinadas ao abastecimento do mercado nacional. Cabe destacar, no início do século XX, o transporte marítimo de cabotagem ainda representava uma importante via de comércio entre diferentes regiões brasileiras. Assim sendo, por estarem estabelecidos no litoral, os produtores e comerciantes da Grande Florianópolis possuíam maiores possibilidades de estabelecer interações comerciais com o

mercado externo a Santa Catarina. Esse fato, parece ter contribuído para o incremento dos investimentos na pequena e diversificada produção agrícola e na intensificação do comércio da Grande Florianópolis com diferentes províncias do litoral brasileiro e também com a região Platina (CEAG/SC, 1980; HÜBENER, 1981). Nesse contexto, é possível que parte do capital acumulado no comércio tenha sido reinvestido em terras, importante reserva de valor e, ainda hoje, sinônimo de riqueza e *status* social.

No Planado Serrano, onde o sistema de concessão de sesmarias e a atividade pecuária extensiva condicionaram o processo de ocupação e exploração do solo (Capítulo 1), a economia evoluiu de modo que, em 1920, havia uma forte concentração da propriedade terra e uma baixa diversificação agrícola. Cabe destacar, nessa época, o Planalto Serrano concentrava quase 60% do rebanho total de bovinos de Santa Catarina, sendo a única região catarinense com especialização produtiva na pecuária bovina (Capítulo 2). Convém observar, atividade pecuária extensiva exige grandes extensões de terras, bem como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores, o que contribui para a maior concentração fundiária nas regiões onde a pecuária é a atividade econômica mais relevante.

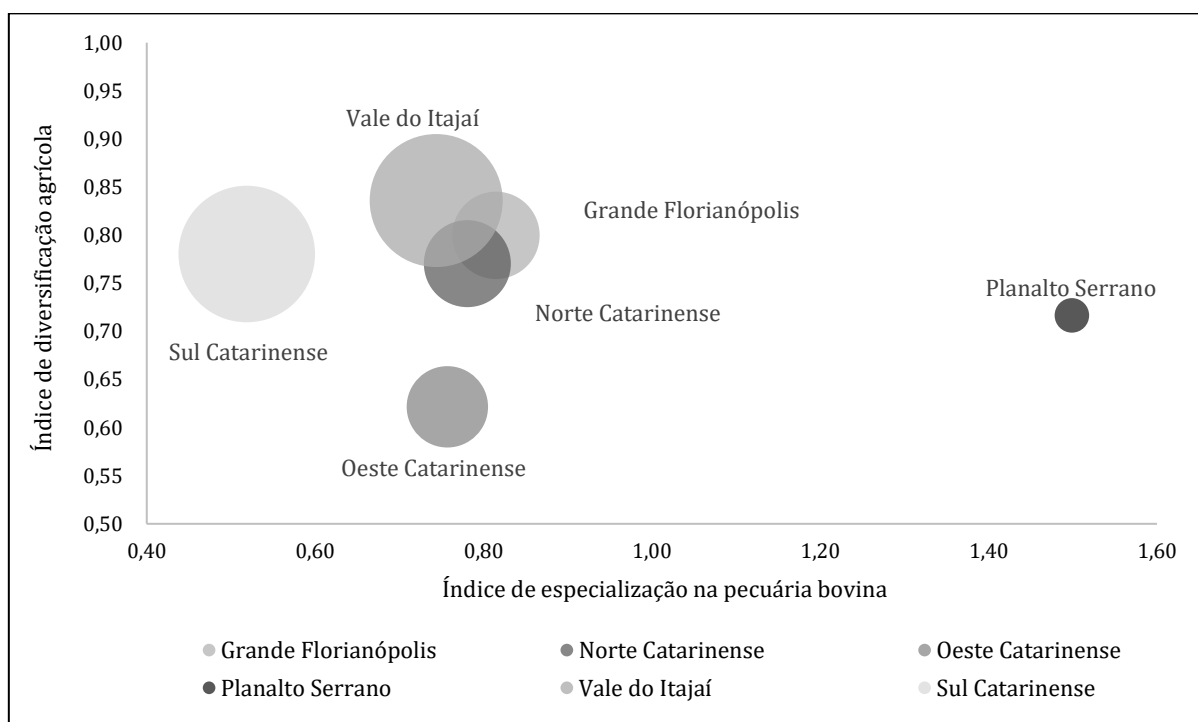
A combinação de alta concentração da propriedade da terra e baixa diversificação na agricultura também caracterizava a região Oeste de Santa Catarina em 1920. Entretanto, diferentemente do Planalto Serrano, no Oeste Catarinense, essa combinação de resultados não parece decorrer da atividade pecuária, mas do fato de que, naquela época, a região Oeste de Santa Catarina ainda estava por ser efetiva e completamente povoada. Vale notar, em 1920, o Oeste Catarinense era constituído apenas pelos municípios de Cruzeiro e Chapecó. Somados, os territórios desses dois municípios formavam a segunda maior região do estado catarinense, ocupando cerca de 22% da área total do território estadual. Por outro lado, naquela época, o Oeste Catarinense tinha o menor número de habitantes de Santa Catarina, reunindo apenas 3,7% da população total do estado barriga-verde. Assim, em 1920, a densidade demográfica no Oeste Catarinense era de apenas 1,2 habitantes por quilometro quadrado (hab/km²), sendo que o município de Cruzeiro tinha cerca de 1,5 hab/km² e Chapecó menos de 1 hab/km².

Convém observar, a relação entre concentração fundiária e densidade demográfica é implícita, pois, dado que a oferta de terras agrícolas é limitada, quanto maior o número de proprietários rurais, menor a tendência à desigualdade na distribuição da propriedade fundiária. Porém, uma região mais densamente povoada não implica, necessariamente, um maior número de proprietários, uma vez que, na economia capitalista, parcela significativa da população é formada por trabalhadores assalariados não proprietários de terras. Ainda assim, a relação entre

concentração fundiária e densidade demográfica é válida, uma vez que, em geral, quanto menor a densidade demográfica, maior a tendência à concentração de terras em economias rurais.

A relação entre densidade demográfica e desigualdade na distribuição da propriedade fundiária também está fortemente relacionada à atividade econômica predominante na região. Por exemplo, no Planalto Serrano catarinense, a pecuária extensiva exigia grandes extensões de terras, mas requeria um número relativamente pequeno de trabalhadores. A esse respeito observou o antropólogo Silvio Coelho dos Santos: “a população [do Planalto Serrano] sempre foi rarefeita [...], pois a fazenda exigia uma concentração de mão-de-obra relativamente pequena” (SANTOS, 1977, p. 55). Além disso, como observado no Capítulo 2 deste estudo, a expansão da atividade pecuária transformou grande parte das terras cultiváveis do Planalto Serrano de Santa Catarina em áreas de pastagem. Na Figura 3.3 nota-se que, em 1920, a proporção da área agrícola cultivada e o grau de diversificação na agricultura nas regiões catarinenses são inversamente relacionados à relevância da pecuária bovina nas respectivas economias regionais.

Figura 3.3 – Santa Catarina: relação entre índices diversificação na agricultura, especialização na pecuária bovina e área agrícola regional cultivada em 1920

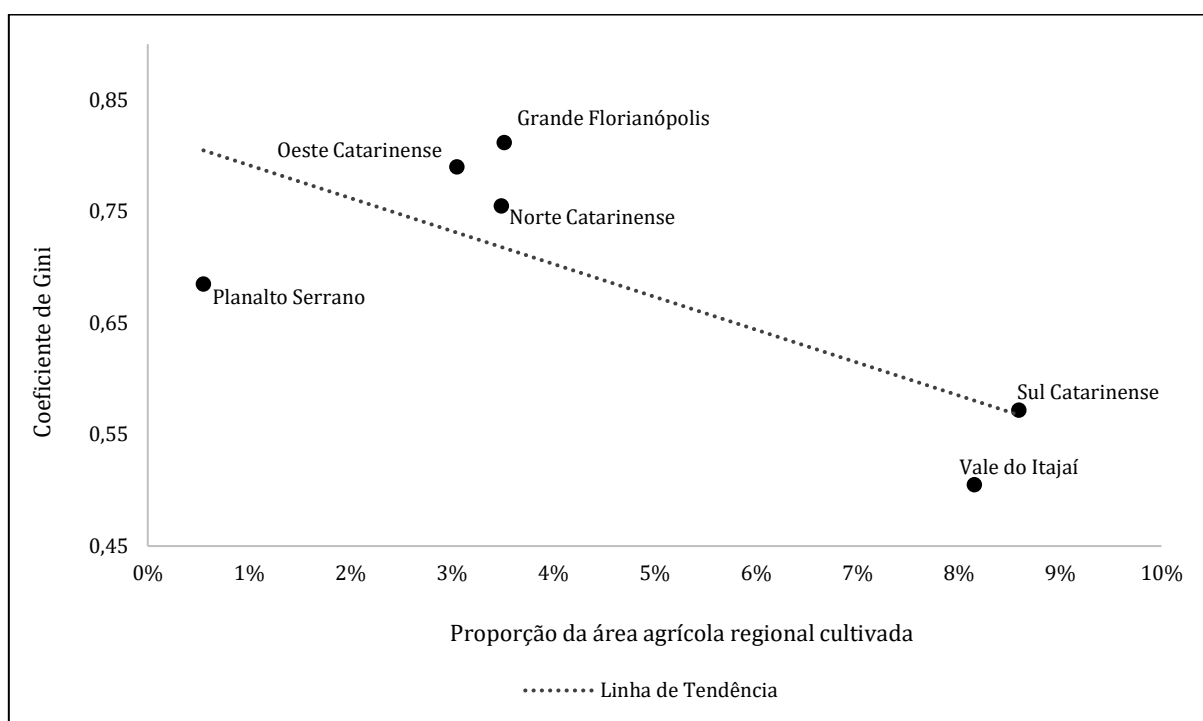


Nota: O tamanho do círculo corresponde à proporção da área agrícola regional cultivada em 1920

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 316-319; 490-493)

Em complemento, a Figura 3.4 abaixo mostra que quanto maior o grau de concentração da propriedade da terra, menor a proporção da área cultivada nas regiões catarinenses em 1920. Vê-se, assim, que, naquela época, quanto maior a importância da atividade pecuária bovina, menor a área agrícola cultivada e, conseqüentemente, menor o grau de diversificação na agricultura regional de Santa Catarina.

Figura 3.4 – Santa Catarina: Gini de concentração fundiária e proporção da área agrícola regional cultivada em 1920



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 190-192)

Cabe destacar, no Norte Catarinense, os municípios de Porto União e Mafra ostentavam os maiores índices de desigualdade na distribuição da propriedade da terra e provocam uma significativa distorção no valor do Gini de concentração fundiária regional (Tabela 3.6). Igualmente, a expressiva desigualdade na distribuição da propriedade da terra no município de Palhoça afetou fortemente o resultado do Gini de concentração fundiária na região da Grande Florianópolis. A título de comparação, excluindo-se os municípios de Palhoça, Mafra e Porto União da composição das suas respectivas regiões, o Gini de concentração fundiária no Norte Catarinense cai de 0,755 para 0,643, enquanto que o da Grande Florianópolis declina de 0,812 para 0,614.

Apesar da forte concentração fundiária, em 1920, os municípios de Porto União e Palhoça tinham índices de diversificação agrícola relativamente elevados – ver Tabela 2.9 no Capítulo 2. Cabe destacar, a aparente contradição entre concentração fundiária e diversificação

na produção agrícola nos municípios de Porto União e Palhoças parece estar relacionada ao fato de que, embora as pequenas e médias propriedades constituíssem a absoluta maioria dos estabelecimentos agrícolas de Porto União (74,5%) e Palhoça (79,5%), esses imóveis rurais ocupavam uma pequena parcela da área total das propriedades desses municípios, conforme Tabelas 3.7 e 3.8 a seguir.

Vê-se nas Tabelas 3.7 e 3.8 que, em 1920, no município de Porto União, os latifúndios representavam apenas 6,6% dos imóveis rurais recenseados, mas compreendiam a maior parcela (74,3%) da superfície territorial total das propriedades daquele município. As grandes propriedades, que correspondiam a pouco menos 20% dos imóveis rurais de Porto União, ocupavam mais que o dobro do total da extensão dos estabelecimentos agrícolas classificados como pequenas e médias propriedades.

Ainda conforme as Tabelas 3.7 e 3.8, apesar do predomínio do número absoluto das pequenas e médias propriedades em Palhoça, esses imóveis ocupavam apenas um sétimo da extensão territorial total das grandes propriedades e latifúndios desse município. Assim, apesar da forte concentração fundiária, parece que a maior diversidade da produção nas pequenas e médias propriedades de Palhoça e Porto União garantiram a essas municipalidades índices relativamente elevados de diversificação agrícola (Tabela 3.6), sendo predominante nesses municípios os cultivos de gêneros comuns de subsistência como milho, feijão e mandioca.

Diferentemente das regiões Grande Florianópolis e Norte Catarinense, onde, apesar da forte concentração da propriedade da terra, encontravam-se altos índices de diversificação na produção agrícolas em 1920, no Vale do Itajaí e Sul de Santa Catarina o grau relativamente alto de diversificação na agricultura estava fortemente relacionado a menor concentração fundiária nessas regiões. Esse fato, parece estar diretamente relacionada ao padrão histórico de colonização do Vale do Itajaí e Sul Catarinense, isto é, ao predomínio povoamento baseada no cultivo de pequenas e médias propriedades rurais (Capítulo 1). Nesse sentido, cabe destacar que, em 1920, os municípios de Brusque, Blumenau e Urussanga estavam entre os municípios catarinenses que tinham os menores índices de concentração fundiária (Figura 3.2) e, ao mesmo tempo, possuíam os maiores indicadores de diversificação agrícola (Tabela 3.6).

Tabela 3.7 – Número e área total das propriedades rurais recenseadas nos municípios e regiões de Santa Catarina em 1920

Regiões e Municípios	Número de propriedades recenseadas				Área total das propriedades recenseadas			
	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios
Grande Florianópolis	2.444	803	351	13	41.978	52.019	72.705	210.682
Palhoça	429	407	205	10	8.151	27.269	42.233	200.782
Florianópolis	131	14	1	1	1.703	798	338	2.000
São José	457	106	34	2	9.140	6.678	7.591	7.900
Biguaçu	213	129	53	-	3.834	8.127	11.323	-
Tijucas	496	90	52	-	6.944	5.670	10.252	-
Nova Trento	718	57	6	-	12.206	3.477	968	-
Oeste Catarinense	544	246	136	20	12.374	14.955	34.327	79.697
Chapecó	138	63	105	20	3.036	4.158	29.140	79.697
Cruzeiro	406	183	31	-	9.338	10.797	5.187	-
Vale do Itajaí	8.565	1.359	331	14	182.163	81.830	72.019	31.317
Blumenau	6.987	817	128	6	153.714	47.386	26.475	14.020
Brusque	85	144	71	-	2.720	10.224	12.050	-
Camboriú	119	59	10	-	2.499	3.481	2.478	-
Porto Belo	64	5	3	-	960	365	589	-
Itajaí	1.310	334	119	8	22.270	20.374	30.427	17.297
Planalto Serrano	462	793	1.566	360	10.440	60.594	586.332	917.579
Campos Novos	279	205	283	45	6.138	13.940	100.781	101.774
Lages	148	434	848	182	3.552	33.852	299.540	466.229
Curitibanos	25	48	137	70	450	3.792	60.857	198.725
São Joaquim	10	106	298	63	300	9.010	125.154	150.851
Norte Catarinense	4.548	1.330	780	88	96.761	82.795	221.227	279.669
Porto União	308	154	114	41	7.084	9.702	37.050	155.988
Mafra	169	77	149	18	3.211	4.851	53.979	56.298
Joinville	2.333	237	36	2	48.993	13.746	7.021	3.774
São Francisco do Sul	235	34	13	-	4.230	2.244	3.228	-
São Bento do Sul	564	194	89	6	11.844	11.446	25.141	9.784
Campo Alegre	144	74	51	1	2.736	4.662	13.290	1.210
Canoinhas	148	282	171	15	3.996	18.894	47.130	31.311
Itaiópolis	270	205	116	4	6.750	12.505	26.819	20.046
Parati	377	73	41	1	7.917	4.745	7.569	1.258
Sul Catarinense	6.167	2.213	592	19	126.635	138.625	120.609	57.908
Urussanga	764	366	67	-	19.864	23.058	11.090	-
Imarú	200	211	79	-	3.800	14.137	13.539	-
Araranguá	2.132	733	185	6	44.772	45.446	40.226	21.875
Garopaba	73	36	13	-	1.825	2.340	3.796	-
Jaguaruna	215	88	36	1	4.085	5.808	6.809	3.589
Laguna	38	97	58	10	912	6.596	16.903	14.444
Orleans	589	362	73	1	14.725	21.720	12.013	16.000
Tubarão	2.156	320	81	1	36.652	19.520	16.233	2.000

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 190-193).

Tabela 3.8 – Participação relativa das propriedades rurais na estrutura fundiária dos municípios e regiões de Santa Catarina em 1920

Regiões e Municípios	Proporção do número de propriedades recenseadas (%)				Proporção da área das propriedades recenseadas (%)			
	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios
Grande Florianópolis	67,7	22,2	9,7	0,4	11,1	13,8	19,3	55,8
Palhoça	40,8	38,7	19,5	1,0	2,9	9,8	15,2	72,1
Florianópolis	89,1	9,5	0,7	0,7	35,2	16,5	7,0	41,3
São José	76,3	17,7	5,7	0,3	29,2	21,3	24,2	25,2
Biguaçu	53,9	32,7	13,4	-	16,5	34,9	48,6	-
Tijucas	77,7	14,1	8,2	-	30,4	24,8	44,8	-
Nova Trento	91,9	7,3	0,8	-	73,3	20,9	5,8	-
Oeste Catarinense	57,5	26,0	14,4	2,1	8,8	10,6	24,3	56,4
Chapecó	42,3	19,3	32,2	6,1	2,6	3,6	25,1	68,7
Cruzeiro	65,5	29,5	5,0	-	36,9	42,6	20,5	-
Vale do Itajaí	83,4	13,2	3,2	0,1	49,6	22,3	19,6	8,5
Blumenau	88,0	10,3	1,6	0,1	63,6	19,6	11,0	5,8
Brusque	28,3	48,0	23,7	-	10,9	40,9	48,2	-
Camboriú	63,3	31,4	5,3	-	29,5	41,2	29,3	-
Porto Belo	88,9	6,9	4,2	-	50,2	19,1	30,8	-
Itajaí	74,0	18,9	6,7	0,5	24,6	22,5	33,7	19,1
Planalto Serrano	14,5	24,9	49,2	11,3	0,7	3,8	37,2	58,3
Campos Novos	34,4	25,2	34,9	5,5	2,8	6,3	45,3	45,7
Lages	9,2	26,9	52,6	11,3	0,4	4,2	37,3	58,0
Curitibanos	8,9	17,1	48,9	25,0	0,2	1,4	23,1	75,3
São Joaquim	2,1	22,2	62,5	13,2	0,1	3,2	43,9	52,9
Norte Catarinense	67,4	19,7	11,6	1,3	14,2	12,2	32,5	41,1
Porto União	49,9	25,0	18,5	6,6	3,4	4,6	17,7	74,3
Mafra	40,9	18,6	36,1	4,4	2,7	4,1	45,6	47,6
Joinville	89,5	9,1	1,4	0,1	66,6	18,7	9,5	5,1
São Francisco do Sul	83,3	12,1	4,6	-	43,6	23,1	33,3	-
São Bento do Sul	66,1	22,7	10,4	0,7	20,3	19,7	43,2	16,8
Campo Alegre	53,3	27,4	18,9	0,4	12,5	21,3	60,7	5,5
Canoinhas	24,0	45,8	27,8	2,4	3,9	18,6	46,5	30,9
Itaiópolis	45,4	34,5	19,5	0,7	10,2	18,9	40,6	30,3
Parati	76,6	14,8	8,3	0,2	36,8	22,1	35,2	5,9
Sul Catarinense	68,6	24,6	6,6	0,2	28,5	31,2	27,2	13,0
Urussanga	63,8	30,6	5,6	-	36,8	42,7	20,5	-
Imarú	40,8	43,1	16,1	-	12,1	44,9	43,0	-
Araranguá	69,8	24,0	6,1	0,2	29,4	29,8	26,4	14,4
Garopaba	59,8	29,5	10,7	-	22,9	29,4	47,7	-
Jaguaruna	63,2	25,9	10,6	0,3	20,1	28,6	33,6	17,7
Laguna	18,7	47,8	28,6	4,9	2,3	17,0	43,5	37,2
Orleans	57,5	35,3	7,1	0,1	22,8	33,7	18,6	24,8
Tubarão	84,3	12,5	3,2	0,0	49,3	26,2	21,8	2,7

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, pp. 190-193).

Analisando o conjunto do estado de Santa Catarina, nota-se que, em 1920, o predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades não resultou em menor desigualdade na distribuição da propriedade da terra, como demonstrou o coeficiente de Gini (0,766). Ainda assim, o estado catarinense possuía uma produção agrícola bastante diversificada, com destaque para os cultivos de milho, feijão, fumo, cana de açúcar e mandioca. Portanto, em 1920, o maior ou menor grau de diversificação agrícola no conjunto do estado de Santa Catarina não parece estar associado a maior ou menor concentração da propriedade fundiária. Entretanto, devido as particularidades da formação socioeconômica das diferentes regiões que compõem o estado catarinense, parece que, regionalmente, havia, em 1920, uma forte relação entre concentração fundiária, atividade pecuária extensiva e diversificação na produção agrícola.

3.3. Considerações finais do capítulo

Este capítulo analisou a estrutura fundiária e a concentração da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920. A análise demonstrou que, nessa época, mais de 87,3% dos imóveis rurais catarinenses eram pequenas e médias propriedades. Apesar desse predomínio, as pequenas e médias propriedades ocupavam uma área equivalente a 25,1% da extensão territorial total dos estabelecimentos rurais recenseados em Santa Catarina naquele ano. Por outro lado, os latifúndios, que representavam apenas 1,5% do número absoluto dos imóveis rurais inventariados no estado catarinenses, concentravam uma área 75% maior que a extensão total das superfícies das pequenas e médias propriedades. Essa disparidade na distribuição da propriedade da terra sugere que, em 1920, o predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades não se traduziu em menor concentração fundiária em Santa Catarina, o que é confirmado pelo índice de Gini de 0,766 para o conjunto do estado catarinense.

Regionalmente, a maior desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Santa Catarina estava na Grande Florianópolis, onde o Gini de 0,812 sintetiza e indica a forte concentração fundiária nessa região. No extremo oposto, o Vale do Itajaí (0,505) apresentava a menor desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado catarinenses, seguido pela região Sul Catarinense (0,572). No Planalto Serrano, o Gini de 0,685 indica um grau de concentração fundiária menor do que se poderia esperar de uma região especializada na criação pecuária extensiva. Porém, é preciso lembrar que os índices de Gini estimados neste trabalho refletem a desigualdade na distribuição fundiária entre proprietários de terras. Assim sendo, nas regiões onde existe um número significativo de proprietários latifundiários, é esperado que a terra seja menos concentrada entre esses fazendeiros. Esse é o caso do Planalto Serrado, onde, em 1920, as terras das grandes propriedades e latifúndios ocupavam 95,5% da área total dos

imóveis rurais dessa região. Ainda vale notar, os grandes proprietários e latifundiários correspondiam a 61% do número total de proprietários de terras no Planalto Serrano.

Por fim, cabe destacar que as regiões Grande Florianópolis, Sul Catarinense e Vale do Itajaí, eram, ao lado do Norte Catarinense, as regiões com os maiores índices de diversificação agrícola do estado de Santa Catarina em 1920. Assim sendo, não é possível generalizar para todas as regiões catarinenses que o maior ou menor grau de diversificação na agricultura regional estava associado a maior ou menor concentração fundiária. Esta, porém, parece ser mais forte nas regiões onde a formação socioeconômica não foi predominantemente baseada na pequena propriedade rural, fato que, pelo menos a nível municipal, produziu uma menor concentração fundiária, bem como favoreceu a maior diversificação na produção agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a estrutura produtiva agropecuária e a concentração da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920. Para fundamentar essa análise, inicialmente buscou-se compreender os principais aspectos de formação da socioeconomia catarinense. Nesse sentido, o Capítulo 1 apresentou as principais características da formação econômica e social de Santa Catarina. A análise revelou que a economia catarinense foi inicial e predominantemente desenvolvida a partir da pequena propriedade rural familiar do imigrante livre europeu. Além disso, constatou-se que a produção agrícola, inicialmente voltada à subsistência, foi gradualmente expandida e direcionada ao abastecimento do mercado interno, sendo essa uma das mais notáveis características da formação econômica de Santa Catarina.

O Capítulo 2 analisou a estrutura das produções agrícola e pecuária regional e estadual de Santa Catarina em 1920. O exame dos dados do recenseamento brasileiro de 1920 revelou que, nessa época, o estado catarinense como um todo tinha grande parte das suas terras cultivadas dedicadas ao plantio de gêneros da agricultura não exportadora como milho, cana de açúcar, mandioca, feijão, arroz e trigo. Os índices regionais de especialização e diversificação na agricultura reforçou a ideia amplamente difundida e, até então fundamentalmente baseada em análises qualitativas, de que Santa Catarina, ao longo do seu processo de formação econômico, se desenvolveu como uma economia especializada na produção de diferentes gêneros agrícolas basicamente destinados ao abastecimento do mercado interno (nacional e estadual). Além disso, constatou-se que, em 1920, o Planalto Serrano era a única região de Santa Catarina com especialização produtiva na pecuária bovina, atividade que influenciou fortemente na organização política, econômica e social do Planalto Serrano catarinense. Por outro lado, todas as demais regiões de Santa Catarina possuíam especialização na criação de suínos, fato que parece estar diretamente relacionado ao modelo de colonização e organização econômica baseado na pequena propriedade rural familiar.

O Capítulo 3 examinou a distribuição e a concentração da propriedade da terra no estado de Santa Catarina em 1920, bem como avaliou a relação entre estrutura da produção agrícola e concentração fundiária no estado catarinense naquele ano. A partir dos dados extraídos do recenseamento agrícola do Brasil de 1920, verificou-se que, apesar do predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades rurais na estrutura fundiária de Santa Catarina, a concentração da propriedade da terra no estado catarinense era bastante elevada em 1920, como demonstrou o coeficiente Gini de 0,766. Este resultado é igual ou ainda mais elevados do que o Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras de estados brasileiros cuja

formação econômica foi profundamente marcada pela grande lavoura escravista exportadora de açúcar e café como São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Assim, a análise da estrutura fundiária juntamente com os resultados estimados para diversificação agrícola sugere novas agendas de pesquisas voltadas ao aprofundamento da relação existente entre diversificação agrícola e concentração fundiária no início do século XX nos estados e regiões brasileiras.

Não obstante, em 1920, o maior ou menor grau de diversificação no conjunto da agricultura catarinense não parece estar associado a maior ou menor concentração da propriedade fundiária. Ainda assim, nota-se que, regionalmente, havia, em 1920, uma forte relação entre concentração fundiária, atividade pecuária bovina extensiva e diversificação na produção agrícola. Em outras palavras, em 1920, quanto maior o Gini de concentração fundiária, menor a proporção da área cultivada nas regiões catarinenses. Ao mesmo tempo, quanto maior a importância da atividade pecuária bovina na economia regional, menor a área agrícola cultivada nessa economia e, conseqüentemente, menor o grau de diversificação na agricultura da região.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. Lei 581 de 4 Setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), In Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850, p. 267. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>

BRASIL. Lei 601 de 18 Setembro de 1850, In Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1850, p. 307. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia de Leuzinger e Filhos, 1876.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

BRASIL. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Vol. III, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923.

BRASIL. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Vol. III, 2ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.

BRASIL. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Vol. III, 3ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memoria Politica sobre a capitania de Santa Catarina, escripta do Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Typografia da Mesma Academia, 1829.

LACERDA WERNECK, Luiz Peixoto de. *Ideias sobre colonização*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento – SEPLAN/SC. Atlas de Santa Catarina, 1986.

SANTA CATARINA. *Relatorio com que o excelentíssimo Snr. Doutor Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província de Santa Catharina ao Exmo. Snr. Doutor Severo Amorim do Valle, 3º. Vice-presidente*. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1849.

SANTA CATARINA. *Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1850*. Cidade do Desterro: Typographia Catharinense de Emilio Grain, 1850.

SANTA CATARINA. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado na Assembléa Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1860.

SANTA CATARINA. *Relatorio do Presidente da Província de Santa Catharina, o Conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 11ª legislatura*. Santa Catharina: Typ. Desterrense de J. J. Lopes, 1862.

SANTA CATARINA. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sessão ordinária do 1º de março; e Fala dirigida a mesma Assembléa na sessão extraordinaria de 11 de junho pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no mesmo anno de 1866*. Santa Catharina, 1866.

SANTA CATARINA. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinária pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no mesmo anno de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

SANTA CATARINA. *Relatorio apresentado pelo Segundo Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão ao Terceiro Vice-Presidente Exm. Sr. Doutor Ignacio Accioli de Almeida por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 27 de janeiro de 1873*. Cidade do Desterro, 1873.

SANTA CATARINA. *Relatorio com que o Exm. Sñr. Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto abriu a segunda Sessão da vigesima quarta Legislatura da Assembéa Provincial de Santa Catharina, em 25 de março de 1883*. Cidade de Desterro: Typographia do Caixeiro, 1883.

SANTA CATARINA. *Relatorio apresentado á Assembéa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887*. Rio de Janeiro: Typ. União de A. M. Coelho da Rocha & C., 1888.

VISCONDE DE ABRANTES. *Memoria sobre meios de promover a colonisação*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

Bibliografia

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 4ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular; Ed. da UFSC, 1999.

BELLANI, Eli Maria. “Madeira, balsa e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950)”. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1991.

BLUMENAU, Hermann B. Otto. “Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã”. Tradução Curt Willy Hennings. In. FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli Maria Vanzuita (Org.). *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento, 1999.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BROWNE, Geoge P. “Política imigratória no Brasil Regência”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 307, Abril-Junho, 1975.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5ª ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.

CAMPOS, Índio. “Os colonos do rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense”. (Dissertação de Mestrado). Campina Grande: UFPB, 1987, p. 115).

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Publicação Avulsa nº 2. Rio de Janeiro. Universidade do Brasil, 1950.

- CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA – CEAG/SC. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.
- COLISTETE, Renato Perim. “Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, p. 331-354, 2015.
- CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- COSTA, Licurgo. *O continente das lagens: sua história e influencia no sertão da terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982.
- CROCCO, M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES, R. “Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais”. *Nova Economia*, v. 16, n. 2, 211-241, 2006
- CUNHA, I. J. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1982.
- CUNHA, I. J. *O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- DALL’ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*. (Documentários). Caxias do Sul; Porto Alegre; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.
- FERREIRA, Luiz M. da Silva. “Raízes Históricas da Desigualdade em Santa Catarina”. (Dissertação de Mestrado). Santa Catarina: PPGECO/UFSC. 2012.
- FERREIRA, Luiz M. da Silva. “Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920”. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP. 2019.
- FERREIRA, Luiz M. da Silva. “Estrutura fundiária e concentração da propriedade da terra na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.50 n.3, p.485-512, jul.-set. 2020.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Cia Nacional, 2005.
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 3. Edição revisada Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Tomo II. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. 4ª Edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de Renda, Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1998.
- HOFFMANN, Rodolfo. “Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da redundância”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, 9(3), dez., p. 719-738, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HÜBENER, L. M. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1981.
- KAESEMODEL, M. S. M. “A Indústria Moveleira em São Bento do Sul – SC”. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Geografia. Florianópolis: UFSC, 1990.

- LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias cablocas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- MAMIGONIAN, A. “A indústria em Brusque - SC e suas conseqüências sobre a vida urbana”. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, 1960.
- MAMIGONIAN, A. “Estudos geográficos das indústrias de Blumenau”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 27, p. 389-481, jul/set, 1965.
- MAMIGONIAN, A. “Geografia das Indústrias de Santa Catarina”. *Revista Geosul*. (Org.). Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GEOSUL, 1986.
- MAMIGONIAN, Beatriz G.; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. “Tráfego de Escravos e a Presença Africana na Ilha de Santa Catarina”. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org.). *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. “Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1888)”. *Seminário internacional nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico de escravos e relações sociais no mundo português*. Rio de Janeiro, 2006.
- MILANEZ, Pedro. *Fundamentos históricos de Criciúma*. Florianópolis: Ed. do autor, 1991.
- MILLIET, Sérgio. “O Desenvolvimento da Pequena Propriedade no Estado de São Paulo”. In: MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e Outros Ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.
- PAIVA, Carlos Águedo. “Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas”. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, vol. 34, nº 01, 2006.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade, 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. Santa Catarina: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária, 1975.
- PIAZZA, W. F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- PIAZZA, W. F. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999
- PIAZZA, W. F. “Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina”. In: SIMÕES DE PAULA, Eurípedes (Org.). *A Propriedade Rural*. São Paulo: Coleção da Revista de História, Vol. II, 627-680, 1976.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 37ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRADO JR, Caio. ‘Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo’. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.3, nº. 29, 1945.
- RADIN, José Carlos. “Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão”. (Tese de Doutorado). Florianópolis: PPGHISTORIA/UFSC, 2006.
- RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no sul do Brasil*. Tradução Júlio Chella. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC; Joiville: FCJ, 1992.
- SANTOS, S. C. *Nova história de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis, 1977.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1999.

- SILVA, L. Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- SINGH, J.; DHILLON, S. *Agricultural geography*. New Dheli: Tata McGraw-Hill, 2004.
- SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. Tradução Martin N. Dreher. São Leopoldo: Editora da Unisinós; Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SERPA, Élio. *A Guerra do Contestado, 1912-1916*. Florianópolis: EDUFSC, 1999.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000
- VIDOR, Vilmar. *Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/ CNG, 1958.
- WIRTH, John D. *Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ZIPPERER, Josef. *São Bento no passado: reminiscências da época da fundação e povoação do município*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1951.

APÊNDICE

Tabela A1 – Santa Catarina: distribuição regional do número de propriedades rurais em 1920 segundo extensão territorial

Extensão das propriedades	Grande Florianópolis	Oeste Catarinense	Vale do Itajaí	Planalto Serrano	Norte Catarinense	Sul Catarinense	Total
Menos de 41 hectares	2.444	544	8.565	462	4.548	6.167	22.730
41 – 100 hectares	803	246	1.359	793	1.330	2.213	6.744
101 – 200 hectares	224	42	226	555	404	428	1.879
201 – 400 hectares	103	84	67	482	214	123	1.073
401 – 1000 hectares	24	10	38	529	162	41	804
1001 – 2000 hectares	7	13	7	209	53	11	300
2001 – 5000 hectares	1	5	7	120	28	5	166
5001 – 10000 hectares	3	1	-	24	2	2	32
10001 – 25000 hectares	-	-	-	7	4	1	12
25001 e mais hectares	2	1	-	-	1	-	4

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 50-51).

Tabela A2 – Proporção do número de propriedades rurais recenseadas nas regiões catarinenses em 1920 segundo extensão territorial

Extensão das propriedades	Grande Florianópolis	Oeste Catarinense	Vale do Itajaí	Planalto Serrano	Norte Catarinense	Sul Catarinense
Menos de 41 hectares	10,8%	2,4%	37,7%	2,0%	20,0%	27,1%
41 – 100 hectares	11,9%	3,6%	20,2%	11,8%	19,7%	32,8%
101 – 200 hectares	11,9%	2,2%	12,0%	29,5%	21,5%	22,8%
201 – 400 hectares	9,6%	7,8%	6,2%	44,9%	19,9%	11,5%
401 – 1000 hectares	3,0%	1,2%	4,7%	65,8%	20,1%	5,1%
1001 – 2000 hectares	2,3%	4,3%	2,3%	69,7%	17,7%	3,7%
2001 – 5000 hectares	0,6%	3,0%	4,2%	72,3%	16,9%	3,0%
5001 – 10000 hectares	9,4%	3,1%	-	75,0%	6,3%	6,3%
10001 – 25000 hectares	-	-	-	58,3%	33,3%	8,3%
25001 e mais hectares	50,0%	25,0%	-	-	25,0%	-

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 50-51)

Tabela A3 – Santa Catarina: especialização regional na criação do gado existente nos imóveis rurais catarinenses recenseados em 1920

Regiões/SC	Bovina	Equina	Asinina e Muar	Ovina	Caprina	Suína
Grande Florianópolis	0,81	0,80	1,05	0,30	3,93	1,20
Oeste Catarinense	0,76	1,13	1,82	0,52	1,47	1,19
Vale do Itajaí	0,74	0,94	0,18	0,43	0,62	1,37
Planalto Serrano	1,50	1,09	1,77	1,64	0,39	0,40
Norte Catarinense	0,78	1,40	0,53	0,54	1,22	1,20
Sul Catarinense	0,52	0,65	0,31	0,83	1,31	1,60
Santa Catarina	0,84	1,22	1,10	0,29	0,16	1,86

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 490-493)